

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**DANIEL CONSUL DE ANTONI**

**O IDEÁRIO ECONÔMICO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO  
NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (1985-1987)**

**Uma análise do jornal Voz da Unidade**

Porto Alegre

Janeiro de 2017

**DANIEL CONSUL DE ANTONI**

**O IDEÁRIO ECONÔMICO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO  
NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (1985-1987)**

**Uma análise do jornal Voz da Unidade**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Mathias Seibel Luce

Porto Alegre

Janeiro de 2017

### CIP - Catalogação na Publicação

Antoni, Daniel Consul de  
O Ideário Econômico do Partido Comunista  
Brasileiro na Redemocratização do Brasil (1985-1987) -  
Uma Análise do Jornal Voz da Unidade / Daniel  
Consul de Antoni. -- 2016.  
54 f.

Orientador: Mathias Seibel Luce.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em  
História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

*A dignidade de cada pessoa humana e o bem comum são questões que deveriam estruturar toda a política econômica.*

**Papa Francisco**

*Só sabemos com exatidão quando sabemos pouco. À medida que vamos adquirindo conhecimento, instala-se a dúvida.*

**Johann Goethe**

## RESUMO

A presente pesquisa procura explorar as principais reivindicações e propostas econômicas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) para o triênio 1985-1987, às voltas com a redemocratização do Brasil. Para tanto serão utilizadas como fontes primárias diversas edições do jornal Voz da Unidade, publicação periódica semanal editada pelo PCB entre os anos de 1980 e 1991. Para o desenvolvimento da pesquisa primeiramente serão destacadas as implicações do uso de jornais como fontes para a produção do conhecimento histórico. Após, serão feitas considerações acerca da ação política do agente histórico desta pesquisa – o PCB – ao longo do século XX, destacando os principais acontecimentos de sua história como organização representante da classe operária. Para isso serão utilizadas resoluções e documentos publicados pelo Partido. Por fim, serão abordadas questões pertinentes à conjuntura específica sobre a qual pretende se desenvolver esta pesquisa, isto é, uma análise das aspirações econômicas pecebistas publicadas nas edições selecionadas do jornal Voz da Unidade entre 1985 e 1987, à luz de temas como os planos macroeconômicos de estabilização do governo José Sarney, inflação, sistema tributário e dívida pública, privatização, imperialismo, papel do Estado na economia, entre outros.

**Palavras-chave:** Partido Comunista Brasileiro; Voz da Unidade; Economia Brasileira; Redemocratização do Brasil.

## ABSTRACT

This research aims to explore the main claims and economic proposals of the Brazilian Communist Party (PCB) for the triennium 1985-1987, involving the redemocratization of Brazil. For this purpose, several editions of the newspaper *Voz da Unidade*, a weekly periodical publication edited by the PCB between 1980 and 1991, will be used as primary sources. In order to develop this research, first, the implications of the use of newspapers as sources for historical knowledge production will be highlighted. Afterwards, considerations will be made about the political action of the historical agent studied in this research - the PCB - throughout the 20<sup>th</sup> century, highlighting the main events of its history as a representative organization of the working class. For this purpose, resolutions and documents published by the party will be used. Finally, topics related to the specific context in which this research is intended to be developed will be approached, that is, an analysis related to the economic aspirations of the party, published in the selected editions of the newspaper *Voz da Unidade*, between 1985 and 1987, regarding subjects such as the stabilization macroeconomic plans for Jose Sarney's government, inflation, tax system and public debt, privatization, imperialism, the role of the State in economy, among others.

**Keywords:** Brazilian Communist Party; *Voz da Unidade*; Brazilian Economy; Redemocratization of Brazil.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:**

Charge criticando o governo Sarney às voltas com a instituição do Plano Bresser: salários em baixa e inflação em alta ..... 26

**Figura 2:**

Crítica do PCB sobre as consequências dos ditames do FMI à economia brasileira ..... 31

**Figura 3:**

Crítica do PCB ao fato da dívida externa brasileira não caber no orçamento do país ..... 35

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO NO SÉCULO XX</b> .....	13
<b>3. AS ASPIRAÇÕES ECONÔMICAS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO PARA O PERÍODO DE “TRANSIÇÃO” (1985-1987)</b> .....	19
3.1 Os planos macroeconômicos de estabilização .....	20
3.1.1 O Plano Cruzado .....	20
3.1.2 O Plano Bresser .....	22
3.2 O Fundo Monetário Internacional: manifestação imperialista no Brasil .....	27
3.3 A questão da dívida pública: sangria financeira no Brasil .....	32
3.4 O sistema tributário brasileiro às voltas com a redemocratização .....	37
3.5 O papel do Estado na economia e o espectro das privatizações .....	40
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	45
<b>5. FONTES PESQUISADAS</b> .....	49
<b>6. BIBLIOGRAFIA SELECIONADA</b> .....	52



## 1. INTRODUÇÃO

Brasil, década de 1980. Inflação, juros, questão agrária, dívida pública, Fundo Monetário Internacional, desemprego, concentração de renda, sangria nas contas públicas, ditadura civil-militar, Nova República, transição política... Rupturas e continuidades. A história que pretendemos desenvolver nesta pesquisa remete-se à transição conservadora vivida pelo Brasil após o fim da ditadura civil-militar em 1985; história, esta, construída a partir da análise de uma fonte primária, o jornal *Voz da Unidade*, publicado de forma semanal pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre 1980 e 1991. Dentro deste contexto, o recorte cronológico específico da pesquisa refere-se aos jornais publicados entre os anos de 1985 a 1987. A partir da análise destas publicações pretendemos demonstrar as críticas feitas pelo PCB à política econômica do governo Sarney às voltas com a redemocratização do país, explicitando os ideais defendidos pelo Partido e suas propostas para o campo econômico-social brasileiro dentro desta conjuntura específica.

Importa destacar nesta introdução, contudo, algumas implicações que o uso de jornais como fontes trazem para a produção do conhecimento histórico. O próprio PCB, tal como diversas organizações políticas de esquerda, teve como característica a publicação de jornais como forma de disseminação de seus ideais. Assim sendo, é necessário que façamos algumas considerações acerca desta prática.

Em 1922, ano de sua fundação, o PCB criou como órgão de propaganda e informação uma publicação periódica, isto é, a revista *Movimento Comunista*.<sup>1</sup> Outros jornais da organização partidária foram surgindo ao longo do tempo: semanário *A Classe Operária*, de 1925; jornal *A Nação*, de 1927; jornal *O Jovem Proletário*, de 1927; jornal *Imprensa Popular*, de 1954; semanário *Voz Operária*, das décadas de 1950 e 1960. No ano de 1946 o PCB chegou a ter oito jornais diários em vários estados brasileiros, entre eles São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Bahia e Rio Grande do Sul.<sup>2</sup>

Nos anos de repressão ditatorial no Brasil, mais precisamente entre 1964 e 1980, 150 publicações deste tipo surgiram no país, sendo a maioria de oposição ao regime militar e

---

<sup>1</sup> PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**. História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, p. 80.

<sup>2</sup> SEGATTO, José Antonio. **Breve História do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p.29; 30; 37; 80; 88; 60.

produzida pela chamada *imprensa alternativa*, geralmente ligada a sindicatos ou partidos políticos.<sup>3</sup>

Além disso, destacamos que segundo a historiadora Mônica Karawejczyk nem sempre as publicações periódicas foram vistas com bons olhos por pesquisadores. Até a década de 1970,

Os periódicos, e o jornal em particular, eram considerados [...] como fontes não confiáveis, pois não teriam o critério da neutralidade, objetividade e mesmo da credibilidade, requisitos considerados básicos para que um documento fosse alçado à categoria de objeto de estudo pelo historiador.<sup>4</sup>

A partir de então, passou-se a valorizar o documento periódico impresso como fonte passível de importantes contribuições para a construção do conhecimento histórico, visto que [...] *a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamento para pensar e repensar a História [...].*<sup>5</sup> A luta contra a subjetividade, logo, foi desconsiderada, até porque a subjetividade se faz presente em qualquer relato escrito, seja jornalístico ou histórico. A opção por uma suposta neutralidade no trato com questões históricas é impossível de ser concretizada no plano prático, ainda que possa ser idealizada. Até porque o ato de tentar não tomar posição significa, em essência, *tomar posição*.

O propósito da imprensa militante do PCB ao longo da história e, mais especificamente, do jornal Voz da Unidade era explícito: a imparcialidade não era um interesse a ser alcançado pela organização comunista. O jornal refletia posições claras e específicas referentes às lutas do Partido, diferentemente da imprensa oligopólica, que por trás de um véu supostamente *neutro e imparcial* da mesma forma defende seus interesses, ainda que não os admita explicitamente. Como alerta o historiador Gerson Fraga, “[...] *embora sejam elementos utilizados para a intervenção na vida social, os grandes jornais, como empresas que são, operam a partir de uma lógica de mercado*”,<sup>6</sup> visando o lucro. Já para o PCB o jornal era uma arma política responsável por disseminar seus ideais ao maior número

---

<sup>3</sup> SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2015.

<sup>4</sup> KARAWEJCZYK, Mônica. **O Voto da Costela**: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/Pucrs, 2008 (dissertação de mestrado), p.66.

<sup>5</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. **História e Imprensa**. Representações Culturais e Práticas de Poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, p.10.

<sup>6</sup> FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e vermelho**: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do Correio do Povo (1936-1939). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/Ufrgs, 2004 (dissertação de mestrado), p. 33.

possível de pessoas, e suas posições e propostas precisavam ser claras o suficiente, sem compromissos com interesses distintos aos da própria organização.

Segundo o historiador Cláudio Elmir, alguns cuidados são importantes a fim de garantir uma análise rigorosa da fonte:

O jornal jamais pode ser visto como um dado, a partir do qual abstraímos os elementos de uma suposta realidade. O jornal, como um conjunto de páginas, é o receptáculo de textos que exigem de nós uma leitura diferente daquela que fazemos todos os dias em nossa porta. [...] a leitura deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes é mesmo enfadonha.<sup>7</sup>

A análise cuidadosa do documento é ato primordial para o historiador. Leituras superficiais podem levar a equívocos na produção do conhecimento histórico. Uma leitura atenta, meticulosa – como alerta Elmir – é condição essencial para toda e qualquer construção historiográfica, pois, “*o jornal é um documento traiçoeiro para o historiador*”.<sup>8</sup> Dar a devida atenção às *entrelinhas* da fonte impressa pode proporcionar respostas ao pesquisador que uma leitura superficial ou desatenta dificilmente daria.

Outro ponto importante a destacar no uso do jornal como fonte histórica diz respeito às suas limitações. Segundo o historiador Gerson Fraga,

Embora tanto o jornalista como o historiador tenham compromissos com valores tais como a realidade e a verdade, não oferecem, em última análise, mais do que uma aproximação com o objeto que buscam resgatar. Assim, em ambos os casos, nos deparamos não com reproduções exatas, mas com interpretações do acontecido, interpretações estas carregadas de subjetividade de seus produtores, e portando suas perspectivas e limitações ideológicas e culturais.<sup>9</sup>

A ideologia do PCB se fez presente do início ao fim em todas as edições do jornal. Ao longo dos 11 anos de publicações, os mais diversos assuntos – cultura, economia, política, relações internacionais, entre outros – foram interpretados pelos comunistas<sup>10</sup> de acordo com suas visões de mundo, baseadas, segundo o próprio Partido, pela teoria marxista-leninista.<sup>11</sup> Com o objetivo de unir as forças democráticas do país, o jornal costumava denunciar aquilo que contrariava os interesses dos estratos mais baixos da sociedade.<sup>12</sup> O Partido, aliás, não

---

<sup>7</sup> Elmir, Cláudio Pereira. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. IN: KARAWEJCZYK, Mônica. **Op. Cit.**, p. 79.

<sup>8</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o Última Hora: O jornal e a pesquisa histórica. **Anos 90**, Porto Alegre, v.19, n. 36. p. 67-90, dez. 2012, p.77.

<sup>9</sup> FRAGA, Gerson Wasen. **Op. Cit.**, p.22.

<sup>10</sup> Todas as vezes que utilizarmos o termo “comunista(s)” estaremos nos referindo aos militantes do PCB.

<sup>11</sup> Ver citação da página 11 deste trabalho.

<sup>12</sup> Não estamos assumindo com isso que as motivações e estratégias-táticas do PCB tenham sido sempre as mesmas ao longo de sua história.

apenas denunciava esses problemas, ia além: costumava propor medidas políticas e econômicas capazes de assegurar os direitos básicos da classe trabalhadora, como veremos nos capítulos dois e três desta pesquisa.

Interessa-nos aqui as reivindicações e propostas econômicas do PCB para o período analisado; não é pretensão, entretanto, reconstruir uma história pormenorizada de todas as questões econômicas sobre as quais versou o Partido nas páginas do semanário Voz da Unidade. Esperamos apresentar algumas interpretações dos comunistas sobre os temas a serem aqui desenvolvidos. Desta forma, e de acordo com o historiador Cláudio Elmir, segundo o qual, *“Em pesquisa com jornal, a análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não cometimento do erro; ainda que não seja toda a garantia”*,<sup>13</sup> selecionamos 59 edições do jornal Voz da Unidade com vistas ao cumprimento dos objetivos deste trabalho.

Deste modo, destacamos que as edições de nossa fonte primária selecionadas para o desenvolvimento deste trabalho de conclusão podem ser encontradas no Centro de Documentação Social do Núcleo de Pesquisa em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O acervo em questão conta com aproximadamente 160 edições do referido jornal, no período 1980-1988.

Além desta Introdução, o presente trabalho possui dois capítulos. No capítulo a seguir, analisaremos a história do PCB ao longo do século XX de acordo com as resoluções de seus congressos e demais documentos publicados pelo Partido desde sua fundação, procurando verificar como os debates dos militantes comunistas referentes à economia brasileira e à situação de carestia de boa parte da população do país apareciam nestas fontes. No capítulo terceiro desenvolveremos a análise da conjuntura específica desta pesquisa, isto é, do período 1985-1987 à luz do material produzido e publicado pelo PCB nas páginas do jornal Voz da Unidade. Discutiremos temas como os planos de estabilização do governo José Sarney, Fundo Monetário Internacional e imperialismo, dívida pública, sistema tributário, privatização e o papel do Estado na economia de acordo com os preceitos pecebistas naquela conjuntura em questão.

---

<sup>13</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. IN: GASPAROTTO, ALESSANDRA. **O Terror Renegado**. Uma Reflexão Sobre os Episódios de Retratação Pública Protagonizados Por Integrantes de Organizações de Combate à Ditadura Civil-Militar no Brasil (1970-1975). Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em História/Ufrgs, 2008 (dissertação de mestrado), p.23.

## 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO NO SÉCULO XX

Um partido nacional de massas, calado aos movimentos sociais, dirigente de ações mobilizadoras, aberto à sociedade, conhecido e respeitado pela sua firmeza e responsabilidade, com uma vida orgânica rica e democrática, organizado prioritariamente nas grandes unidades produtivas urbanas e rurais e segundo os princípios do centralismo democrático e orientado pelo *marxismo-leninismo*.<sup>14</sup>

A citação acima demonstra o modo como o PCB se apresentava à sociedade brasileira no contexto dos acontecimentos políticos no Brasil às voltas com a redemocratização do país na década de 1980. Orientados teoricamente pelo marxismo-leninismo, os militantes pecebistas acreditavam no poder do Partido como organização capaz de ser, como o próprio documento aponta, “dirigente de ações mobilizadoras” na sociedade de então. Mesmo tendo vivido “[...] *períodos mínimos de legalidade e liberdade, que se situam entre os meses de março a julho de 1924, janeiro a agosto de 1927, fevereiro de 1945 a janeiro de 1948*”,<sup>15</sup> o PCB costumava participar ativamente dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais brasileiros, autointitulando-se “[...] *um partido revolucionário – o partido da classe operária [...]*”.<sup>16</sup>

O PCB que analisamos – da década de 1980 – é um Partido com mais de sessenta anos. Do I Congresso da organização comunista, em março de 1922 até o VII Congresso, em dezembro de 1982, uma série de acontecimentos moldou a história do Brasil e teve impacto significativo no modo como o PCB se propôs a agir como organização política. Com uma história com mais continuidades do que rupturas, encontramos na década de 1980 um Partido já experiente no trato com as questões históricas que costumam assolar o Brasil. E é com essas questões – reforma agrária, concentração de renda, carestia, exploração, precariedade salarial... – que o PCB demonstra suas maiores preocupações, fiel à defesa dos interesses dos estratos mais baixos da sociedade brasileira.

O I Congresso do PCB em 1922 e o II Congresso em 1925 procuraram apresentar o Partido como representante do proletariado brasileiro o qual, a partir da fundação da organização via-se inserido plenamente na luta proletária internacional, a partir da ligação que o PCB passou a manter com os comunistas soviéticos. Além disso, a partir desse período o

---

<sup>14</sup> **Voz da Unidade**. 08 a 16 de junho de 1985, Edição nº 253, p.9. (grifo meu)

<sup>15</sup> CARONE, Edgar. **O PCB (1922 a 1943)**. São Paulo: Difusão Editorial S.A., Vol. 1, 1982, p.1.

<sup>16</sup> PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**. História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, p.12-13.

Partido buscou “conquistar as massas operárias à influência comunista, organizando sua vanguarda consciente e combativa [...]”.<sup>17</sup>

As resoluções do III Congresso, datado de dezembro de 1928 a janeiro de 1929, trazem considerações no que diz respeito às interpretações comunistas da situação econômico-social brasileira:

1º) O Brasil é um país de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo, se bem que politicamente “independente”; 2º O Brasil é um país de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração de grandes massas campesinas [...].<sup>18</sup>

Tais resoluções trazem à tona dois problemas bastante explorados pelos militantes comunistas ao longo da história do Partido; problemas, estes, em voga quando do período compreendido pelo recorte cronológico desta pesquisa: na década de 1930 tanto o imperialismo como a questão agrária suscitavam debates nas fileiras do PCB. Aliás, “*Pela primeira vez na vida do Partido, com o III Congresso, foi o problema agrário e camponês enfrentado a sério*”,<sup>19</sup> isto é, um reconhecimento de que a concentração fundiária brasileira era uma das causas da carestia dos trabalhadores rurais, muitos alijados dos seus direitos à terra.

A década de 1930 também suscitou uma série de reivindicações dos pecebistas no que diz respeito à situação social e econômica das classes trabalhadoras. Na primeira Conferência Nacional do PCB, datada de 1934, o Partido alertou para a situação de carestia na qual vivia parte considerável da população brasileira:

Salários de fome! Horas de trabalho esgotantes! Multas! Taxas pesadíssimas! Transportes e fretes que aniquilam a economia dos camponeses e de toda a população laboriosa das cidades e dos campos! Tudo isto arrancado à custa do chicote, de cadeias, do tronco e do relho e transformado em rios de ouro que são canalizados para os cofres dos banqueiros de Londres, Nova Iorque, Tóquio, Paris! E por cima de tudo isso, impostos e contribuições diretas e indiretas para sustentar o caríssimo aparelho estatal das classes dominantes, que vendem o país aos magnatas estrangeiros!<sup>20</sup>

As denúncias contidas no documento serviam como combustível à luta comunista. A estrutura econômico-social do Brasil privilegiava uma minoria abastada ao passo que excluía parcela importante da população brasileira, representada pela classe trabalhadora, rural e urbana. A economia do país estruturava-se com o objetivo de privilegiar o topo da pirâmide

<sup>17</sup> A Classe Operária, Ano I, nº 11, 08.05.1946. IN: CARONE, Edgar. **Op. Cit.**, Vol.1, p.38.

<sup>18</sup> CARONE, Edgar. **Op. Cit.**, Vol.1, p.71.

<sup>19</sup> CARONE, Edgar. **Op. Cit.**, Vol. 1, p.74.

<sup>20</sup> A Classe Operária, 01.08.1934. IN: CARONE, Edgar. **Op. Cit.**, Vol.1, p.161-162.

social, em detrimento dos mais necessitados. Em 1926 o PCB denunciava o Brasil como o 3º país do mundo em carestia <sup>21</sup> sendo, em suma, “[...] *um povo de escravos e oprimidos, uma colônia de párias humilhados e escorraçados a tiros e chicotes, sem terras num país de território imenso, sem pão num dos mais ricos pedaços do mundo*”. <sup>22</sup>

Ao longo da década de 1940, a situação de carestia vivida por boa parte da população brasileira continuou sendo atacada pelos pecebistas. Em manifesto datado de maio de 1949, Luíz Carlos Prestes <sup>23</sup> afirmou que

A luta de nosso povo contra a miséria, o atraso e a ignorância, a luta contra a exploração e a opressão crescentes, pelo progresso e a democracia é, antes de tudo, a luta pela independência nacional, contra o jugo colonizador do imperialismo norte-americano. Mas é igualmente a luta contra os restos feudais, contra as formas pré-capitalistas de exploração, em que se baseia o imperialismo, adaptando-as aos seus interesses para colonizar o país e submeter nosso povo a uma exploração crescente e a uma opressão política cada dia mais vexatória e insuportável. <sup>24</sup>

A luta contra os resquícios feudais existentes no Brasil aparece nas resoluções do IV Congresso do Partido, de dezembro de 1954 a janeiro de 1955. Neste Congresso há a reafirmação, já antiga entre os pecebistas, de que “*O latifúndio e os restos feudais e escravistas impedem o livre desenvolvimento da economia nacional e determinam o atraso, a miséria e a pauperização crescente das grandes massas camponesas*”. <sup>25</sup> A superação desta realidade econômico-social era base essencial, portanto, para a transformação do Brasil em um país independente, soberano e desenvolvido, capaz de livrar sua população da miséria e da opressão frente às quais estava subjugada. <sup>26</sup>

A década de 1950 representou um importante acontecimento na história do PCB: a Declaração de Março de 1958. Segundo a historiadora Dulce Pandolfi,

[...] a Declaração de Março de 1958 é a principal referência na memória oficial do PCB na década de 80 e início dos 90. É a sua certidão de batismo: o seu renascimento. O seu maior mérito teria sido o de fazer da questão democrática o centro da reflexão dos pecebistas. <sup>27</sup>

---

<sup>21</sup> Revista Proletária, nº 1, 1926. IN: CARONE, Edgar. **Op. Cit.**, p.313.

<sup>22</sup> A Classe Operária, 11.03.1935. IN: CARONE, Edgar. **Op. Cit.**, p.183.

<sup>23</sup> Para a trajetória de Luiz Carlos Prestes ver PRESTES, Anita. **Luiz Carlos Prestes**. Um Comunista Brasileiro. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015 e REIS, Daniel Aarão. **Luiz Carlos Prestes**. Um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>24</sup> Luíz Carlos Prestes, Informe Político ao Comitê Nacional do PCB. IN: CARONE, Edgar. **Op. Cit.**, p.97.

<sup>25</sup> Problemas, nº 64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955. IN: CARONE, Edgar. **Op. Cit.**, p.131.

<sup>26</sup> Não é nosso intuito, nesse trabalho, debater essas caracterizações, mas tão somente expor um painel com alguns de seus principais momentos.

<sup>27</sup> PANDOLFI, Dulce. **Op. Cit.**, p.184.

Segundo o documento, “*A revolução no Brasil não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática*”.<sup>28</sup> Os ataques à exploração imperialista contra o povo brasileiro seguiam como instrumento de luta do PCB. Os comunistas acreditavam que a riqueza criada pelos trabalhadores brasileiros e exportada livremente para as sedes internacionais das empresas aqui instaladas era uma das causas do atraso da economia nacional e da miséria do povo brasileiro.

Além disso, foram formuladas no documento cinco questões referentes a uma nova reorientação econômica, política e social pela qual deveria passar o governo brasileiro, com vistas a solucionar as principais mazelas sociais do país:

I – Política exterior independente e de paz; II – Desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; III – Medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas; IV – Elevação do nível de vida do povo; V – Consolidação e ampliação da legalidade democrática.<sup>29</sup>

Diferentemente da historiadora Dulce Pandolfi, que trata a Declaração de 1958 como um divisor de águas dentro do PCB<sup>30</sup>, o historiador José Antônio Segatto vê as mudanças trazidas pelos documentos como não radicais, “[...] *pois ainda estavam fortemente permeadas pelo marxismo-leninismo então compartilhado por todas as tendências pecebistas e que pesava, contendo os avanços, sempre que o partido tentava mover-se para frente*”. Contudo, reconhece que a Declaração de 1958 resultou em uma abertura dos comunistas ao mundo político, e “[...] *será com ela que conseguirão melhor se colocar na liderança das lutas populares*”.<sup>31</sup>

Anos mais tarde, o golpe de 1º de abril de 1964 atingiu negativamente a militância pecebista. Inimigos do Partido chegaram ao poder e as principais reivindicações comunistas nos campos político, econômico e social, que pouco tinham avançado ao longo do governo João Goulart, se tornaram ainda mais difíceis com os governos conservadores militares. Segundo resolução do Comitê Central do PCB, datada de maio de 1965,

No Brasil, com o golpe de 1º de abril, assenhoraram-se do poder os representantes das forças mais retrógradas e antinacionais: agentes do imperialismo norte-americano, latifundiários e grandes capitalistas ligados

---

<sup>28</sup> **PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA (1958-1979) - DOCUMENTOS**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p.13.

<sup>29</sup> Voz Operária, 22.03.1958. IN: CARONE, Edgar. **Op. Cit.**, Vol. 2. p.189-190.

<sup>30</sup> PANDOLFI, Dulce. **Op. Cit.** p. 186.

<sup>31</sup> REIS, Daniel Arão & RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2007, Vol. 6, p.18.



aos monopólios ianques. Constituiu-se uma ditadura militar, reacionária e entreguista [...].<sup>32</sup>

Com a instauração da ditadura civil-militar em 1964 – a qual teve o anticomunismo como uma de suas principais bandeiras – a situação piorou para os militantes pecebistas, com muitos(as) deles(as) sendo torturados(as), partindo para o exílio e quando não mortos(as). Nem a reforma partidária de 1979 – tentativa ditatorial de fragmentar o campo oposicionista – proporcionou ao Partido a legalidade política, a qual foi conquistada apenas em 1985, com o Brasil já livre da opressão dos governos militares.

Importa ressaltar, contudo, que os militantes do PCB não estiveram alheios aos desdobramentos políticos do Brasil ao longo do período em que o Partido esteve na ilegalidade política. Muito pelo contrário, aliás: “*Na fase de prolongada ilegalidade, representantes comunistas, fazendo uso de outras legendas, atuaram no parlamento*”.<sup>33</sup> Os principais partidos que abrigaram comunistas em suas bases foram o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e, posteriormente, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), oposicionista do ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido da situação, composto por militares e civis afetos ao golpe de 1964. Somente em 1986 o PCB voltou a eleger políticos comunistas filiados à própria legenda: Fernando de Sant’Anna pelo PCB da Bahia (eleito em 1958 deputado federal pelo PTB e em 1982 pelo PMDB<sup>34</sup>); Augusto Silveira de Carvalho pelo PCB do Distrito Federal e Roberto João Pereira Freire pelo PCB de Pernambuco (eleito deputado federal nas eleições de 1974 e 1978 pelo MDB e 1982 pelo PMDB)<sup>35</sup>. Além de representarem seus estados na Câmara Federal os três deputados também foram eleitos para contribuir na elaboração da Carta Constitucional de 1988.

Mesmo em meio à repressão ditatorial contra seus militantes, o PCB encontrou forças para organizar e realizar seu VI Congresso, em dezembro de 1967. As críticas ao regime instaurado em 1964 foram contundentes: “*O Brasil se encontra hoje asfíxiado por um regime ditatorial militar, de conteúdo entreguista, antidemocrático e antioperário*”.<sup>36</sup> Em suma: a ditadura à brasileira representava o extremo oposto da luta comunista seja no campo econômico, seja nos campos político ou social.<sup>37</sup> A concentração de renda intensificou-se ao

---

<sup>32</sup> Voz Operária, Suplemento Especial, Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, maio de 1965. IN: CARONE, Edgar. **Op. Cit.**, Vol. 3. p.17.

<sup>33</sup> PANDOLFI, Dulce. **Op. Cit.** p. 47.

<sup>34</sup> Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

<sup>35</sup> Disponível em <http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:1>. Acesso em 21 de setembro de 2016.

<sup>36</sup> PCB: Vinte Anos de Política – 1958-1979. IN: CARONE, Edgar. **Op. Cit.**, Vol. 3. p.66.

<sup>37</sup> Não desconhecemos a existência de polêmicas internas ao partido e de críticas à situação do PCB. Estas, no entanto, extrapolam os limites deste trabalho. Para o leitor interessado, remetemos ao livro PRADO JÚNIOR,

longo dos governos militares, conforme destacado em dois documentos do PCB, datados da década de 1970: “Segundo a FGV, o salário mínimo real (usando-se os preços por atacado como deflator), a preços de 1964, caiu de 42 cruzeiros novos naquele ano para 32,7 atualmente (1970), ou seja, uma queda de ¼ (25%)”.<sup>38</sup> Além disso, na visão de Luiz Carlos Prestes:

Conforme dados da CEPAL, a distribuição de renda nacional no Brasil é a mais injusta do mundo, 5% da população ativa (a parte mais acomodada) se apropriam de 50% da renda nacional. Até a imprensa burguesa foi obrigada a reconhecer que o desenvolvimento da economia brasileira se realiza em benefício de uma minoria, enquanto que a maior parte da população vive em condições de subconsumo.<sup>39</sup>

A ditadura impactou na organização do PCB como partido político. Entre o VI e o VII Congressos houve uma lacuna de quinze anos, de dezembro de 1967 a dezembro de 1982. Ainda assim as reivindicações históricas do Partido seguiam em voga, indicando a incapacidade ditatorial de lidar com a desigualdade social no Brasil. O combate à carestia do povo brasileiro seguia sendo o norte das práticas políticas do PCB.

Em suma, o presente capítulo buscou apresentar algumas considerações acerca da constituição e desenvolvimento do PCB como partido político, destacando sua atuação reivindicatória por melhores condições econômico-sociais ao povo brasileiro. Sem ter a pretensão de entrar nos meandros e polêmicas de suas caracterizações, procuramos expor o percurso de pesquisa para nos aproximarmos do tema referente à conjuntura específica que será examinada com base nas edições do jornal Voz da Unidade e à luz do conceito marxiano de luta de classes no capítulo a seguir.

---

Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000, um acerto de contas com a tese sobre o Brasil feudal e a defesa da aliança com a burguesia dita nacional. Também remetemos aos documentos da ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária), especialmente ao documento Frente Única ou Frente de Classe. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Frente-unica-frente-de-classe.pdf>. Acesso em: 11 de janeiro de 2017.

<sup>38</sup> Resolução Política do C.E. da Guanabara do PCB, março de 1970. IN: CARONE, Edgar. **Op. Cit.**, Vol. 3. p.93.

<sup>39</sup> Luís Carlos Prestes, “A Luta Revolucionária dos Comunistas Brasileiros”, Voz Operária, nº 87, maio de 1972. CARONE, Edgar. **Op. Cit.**, Vol. 3. p.128-129.

### 3. AS ASPIRAÇÕES ECONÔMICAS DO PCB PARA O PERÍODO DE “TRANSIÇÃO” (1985-1987)

*A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta.*<sup>40</sup>

O período correspondente ao recorte cronológico proposto para esta pesquisa foi nomeado pelo PCB como “período de transição”. Isto pelo fato de o mesmo estar presente entre o fim da ditadura civil-militar no Brasil e a promulgação da Constituição Federal de 1988:

Compreendendo uma primeira fase, durante a qual deve ser eliminada a herança ditatorial deixada pelo regime derrotado e lançadas as bases de uma nova política econômica e social, a *transição* culminará com a promulgação da nova Carta Magna pela Assembleia Nacional Constituinte.<sup>41</sup>

Neste período de redemocratização, dois planos de estabilização econômica foram postos em prática pelo governo Sarney: o Plano Cruzado, de fevereiro de 1986, e o Plano Bresser, de julho de 1987. Ambos os planos foram amplamente debatidos pelo PCB nas páginas do semanário *Voz da Unidade*. Críticas e propostas de melhorias aos pacotes econômicos foram publicadas em variadas edições do jornal.

Destacamos abaixo algumas das análises do PCB sobre a economia brasileira para o triênio 1985-1987, à luz do conceito marxiano de luta de classes, explicitado acima e utilizado pelo Partido em suas análises e reivindicações para a economia brasileira, com vistas à superação das contradições capitalistas brasileiras, usualmente caracterizadas por privilegiar os interesses das classes dominantes em detrimento das classes exploradas.<sup>42</sup>

Este capítulo – o mais importante desta pesquisa - não reconstruirá uma história linear dentro do limite cronológico proposto; em outras palavras, a análise não começará em 1985 e terminará em 1987. O modo de análise será por temáticas – conforme os subtítulos a seguir – e contará com idas e vindas dentro do “período de transição”.

---

<sup>40</sup> MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2011, p.45-46 (grifo meu).

<sup>41</sup> **DOCUMENTOS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO**. O PCB na Luta Pela Democracia (1983-1985). São Paulo: Ed. Novos Rumos, 1985, p.59. (grifo meu)

<sup>42</sup> Sobre a questão das classes sociais e os antagonismos de classes remetemos ao livro OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**. São Paulo: Outras Expressões, 2014, em especial o capítulo IV. As classes sociais no capitalismo.

### 3.1 Os planos macroeconômicos de estabilização

#### 3.1.1 O Plano Cruzado

O Plano Cruzado, lançado em 28 de fevereiro de 1986 pela equipe econômica do presidente José Sarney e capitaneado pelo ministro da Fazenda Dilson Funaro, foi recebido com um sentimento de positividade pelos militantes comunistas, de acordo com a nota emitida pela Comissão Diretora Nacional Provisória do PCB e publicada na edição 288 do jornal Voz da Unidade. Após quase completar um ano à frente do poder Executivo, Sarney ainda não havia conseguido proporcionar melhorias à economia brasileira após os 21 anos de ditadura civil-militar. O “*sentimento generalizado de que a redemocratização tudo resolveria*”<sup>43</sup> não vingou.

Uma série de questões econômicas fazia parte do Plano de estabilização. Uma delas, contudo, se destacava: o combate à inflação. Reunida em 03.03.1986, a Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido Comunista Brasileiro emitiu nota sobre o pacote de estabilização, destacando a necessidade de pôr fim ao “*processo inflacionário que corrói sobretudo o nível de vida dos trabalhadores*”:<sup>44</sup>

O eixo das medidas está orientado num sentido que interessa aos trabalhadores e à Nação: desmontar os mecanismos inflacionários, criando condições para mudanças no “modelo econômico” com ampla intervenção popular. Derrotar a inflação, que dava sinais de intolerável permanência e até aceleração, é derrotar um perverso instrumento de distribuição de renda que onera basicamente os assalariados. Mas, derrotar a inflação, no contexto brasileiro, também é neutralizar um elemento de instabilidade que cria condições para o golpismo e o retrocesso – por isto, na perspectiva da democracia, o combate à inflação favorece as alternativas que beneficiam os trabalhadores.<sup>45</sup>

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) terminou o ano de 1985 com uma variação acumulada de 242,23%,<sup>46</sup> o que prejudicava essencialmente as classes trabalhadoras, que raramente tinham seus salários corrigidos no mesmo nível em que os preços aumentavam, diferentemente das classes mais abastadas, que, via sistema financeiro, tinham alternativas para se proteger dos aumentos gerais de preços.

---

<sup>43</sup> GIAMBIAGI, Fabio e VILLELA, André et al. (orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2005, p. 117.

<sup>44</sup> **Voz da Unidade**. 07 a 13 de março de 1986. Edição nº 288, (capa).

<sup>45</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 288, (capa).

<sup>46</sup> Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008675705122012573509687986.pdf>. Acesso em 31 de outubro de 2015.

Neste combate frente à inflação, uma antiga proposta do PCB foi incorporada ao Plano: o congelamento de preços. A partir de 28 de fevereiro de 1986,

Os preços de todos os produtos ficavam congelados [...] e a taxa de câmbio vigente no dia anterior ao Plano ficou igualmente fixa. Para o controle do congelamento, foi criada a “Tabela da Sunab” (Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços), que consistia numa lista de preços a ser respeitada – sob a vigilância da população, designada como “fiscal do presidente”.<sup>47</sup>

Os comunistas acreditavam que a inflação brasileira não era de demanda, mas acontecia pela “*política de preços dos grandes capitalistas*”,<sup>48</sup> que, com o objetivo de manter intactas suas margens de lucros, passavam aos preços – aos consumidores, conseqüentemente – seus aumentos de custos.<sup>49</sup> Por isso a importância do congelamento de preços, seguida, é claro, de aumentos salariais, a fim de que a classe trabalhadora pudesse recuperar seu poder de compra corroído pela inflação:

Os comunistas entendem que o povo deve desempenhar um papel dinâmico no processo aberto pelo “pacote”, inclusive atendendo ao apelo governamental. O povo organizado deve vigiar ativamente o tabelamento dos preços e participar da sua fixação mobilizando-se para garantir o seu cumprimento e evitando as provocações que podem fornecer pretexto para repressões. Os comunistas entendem, também, que junto ao movimento sindical e aos movimentos populares (associações de bairro, de donas-de-casa, comunidades religiosas, etc.) deve-se zelar pelo estrito cumprimento do congelamento de preços e aluguéis.<sup>50</sup>

Com relação aos salários, “[...] a título de abono foi concedido um aumento de 8% para todos os assalariados e um aumento de 16% para o salário mínimo”,<sup>51</sup> além da criação do “gatilho salarial”<sup>52</sup> a cada vez que a inflação alcançasse a marca de 20%. Tais porcentagens foram criticadas pelo PCB, sendo consideradas insuficientes, pois não repunham as perdas de outrora. O economista e colunista do Voz da Unidade, Edmilson Costa, criticou a questão salarial contida no plano pois o governo lavou as mãos com a relação ao passado – quem perdeu, perdeu -, mas teoricamente se comprometeu com o futuro<sup>53</sup>. Por isso a necessidade de lutar para melhorar as medidas do Plano, ainda que o mesmo tenha

<sup>47</sup> GIAMBIAGI, Fabio e VILLELA, André et al. (orgs.). **Op. Cit.**, p.124-125.

<sup>48</sup> **Voz da Unidade**. 28 de setembro a 04 de outubro de 1985. Edição nº 269.

<sup>49</sup> Para um debate pormenorizado sobre a inflação brasileira, suas causas e conseqüências remetemos aos livros SINGER, Paul. **Inflação para o povo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980., BUENO, Ricardo. **Por que os preços sobem**. Uma explicação para o povo. Petrópolis: Editora Vozes, 1981 e FURTADO, CELSO; RANGEL, Ignácio; BULHÕES, Octávio Gouveia de et. alli. **Inflação e desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, sem data.

<sup>50</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 288, (capa).

<sup>51</sup> GIAMBIAGI, Fabio e VILLELA, André et al. (orgs.). **Op. Cit.**, p.124-125.

<sup>52</sup> A cada vez que a inflação atingisse a marca de 20%, o “gatilho salarial” garantiria a recomposição dos salários aos(as) trabalhadores(as).

<sup>53</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 288 p.9.

representado, em geral, uma luz no fim do túnel para os anseios econômicos dos militantes comunistas.

O sucesso inicial do Plano foi explícito: a inflação aparentemente estava derrotada. Partindo de uma variação do IPCA de 14,4% em fevereiro de 1986, passou a 0,1% em março, 0,8% em abril, 1,4% em maio, 1,3% em junho até alcançar a máxima no ano no mês de dezembro, 7,3%.<sup>54</sup>

Além do congelamento de preços, outros pontos do Plano Cruzado foram destacados como positivos pelos comunistas:

[...] o pacote incorpora sentidas reivindicações dos trabalhadores, como o congelamento de preços, correção para a poupança, FGTS, PIS/Pasep, reajuste dos aluguéis, seguro-desemprego, redução da especulação financeira, etc. Todas essas medidas deverão ter apoio do movimento operário e sindical [...].<sup>55</sup>

Para os comunistas, pois, o período de instauração e vigência do Plano Cruzado deveria ser de extrema vigilância por parte das forças progressistas do país, visto que tanto o empresariado quanto o governo deveriam ser fiscalizados a fim de fazer valer os principais interesses da classe trabalhadora. O primeiro para que não descumprisse o congelamento de preços, trazendo de volta o dragão inflacionário; o segundo para que se mantivesse firme nas proposições positivas aos(as) trabalhadores(as), mas que também fosse capaz de criar novos mecanismos que repusesse as perdas trabalhistas dos últimos anos.

### 3.1.2 O Plano Bresser

Apesar do inegável sucesso inicial, principalmente no que diz respeito ao combate à inflação, o Plano Cruzado logo definhou. Com vistas às eleições legislativas de novembro de 1986 e visando garantir ao seu partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o maior número de cadeiras na Câmara Federal, dado o apoio do povo brasileiro às medidas anti-inflacionárias, José Sarney e sua equipe econômica não conseguiram segurar os primeiros sintomas de desgaste do Plano Cruzado:

Depois desta data, com a expressiva vitória dos partidos da situação (especialmente o PDMB), o Plano Cruzado sofreu profundas modificações e

---

<sup>54</sup> ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 1990, p.353.

<sup>55</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 288, p.9.

a inflação voltou com intensidade, agora acompanhada por um claro processo recessivo.<sup>56</sup>

Após declarar a moratória da dívida externa em fevereiro de 1987<sup>57</sup> – outra medida que contou com o apoio expressivo do PCB -, o ministro Dilson Funaro deixou o Ministério da Fazenda dando lugar ao economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, o qual assumiu o cargo em abril de 1987.

A presença de Bresser-Pereira à frente da economia brasileira representou um sentimento de insegurança ao PCB, principalmente pelo receio de a moratória da dívida externa, declarada dois meses antes da chegada de Bresser ao ministério, chegar ao fim.

Em publicação datada da semana de 08 a 14 de maio, o colunista do Voz da Unidade Edmilson Costa expôs algumas impressões sobre os primeiros dias de Bresser-Pereira como ministro da Fazenda. Costa apontou que

Segundo o diagnóstico do ministro, o fracasso do Plano Cruzado se deu em função de o governo não ter corrigido a tempo os preços relativos, bem como não ter brechado o excesso de demanda. Em outras palavras, isso significa que Bresser queria o descongelamento dos preços bem antes do que foi realizado e também medidas mais duras para conter as demandas dos consumidores.<sup>58</sup>

O diagnóstico de Bresser-Pereira foi classificado como conservador,<sup>59</sup> pois não apenas criticava o congelamento de preços como também visava pôr fim à inflação a partir da contenção da demanda da economia brasileira, algo veementemente criticado pelo PCB. O Partido costumava defender a ideia de que o aumento permanente dos preços no país não era causado pelo consumo ou pelo poder de compra exacerbado dos(as) trabalhadores(as) – que, na verdade, viram seus salários reais diminuir significativamente ao longo dos últimos anos<sup>60</sup> – mas sim por conta da prática empresarial de jogar para os preços os aumentos de custos, visando manter intactas suas margens de lucro. Portanto, por trás da ideia de conter a demanda, havia o objetivo de reduzir salários. Além disso, o PCB criticou a opinião do novo ministro sobre o congelamento de preços. Isso pelo fato de

[...] numa economia monopolizada como a brasileira falar em formação de preços através do mercado não é sequer uma boa piada. Monopólio impõe sobre o mercado, dita os preços de seus produtos. Portanto, deixar que os preços se formem no mercado significa deixar o mercado à mercê dos

---

<sup>56</sup> SANDRONI, Paulo (org.). **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994, p.269.

<sup>57</sup> Ver seção 3.3 deste capítulo.

<sup>58</sup> **Voz da Unidade**. 08 a 14 de maio de 1987. Edição nº 344, p.4.

<sup>59</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 344, p.4.

<sup>60</sup> O salário mínimo anual médio real, por exemplo, reduziu de um índice 100 em 1964 para 82 em 1977. Ver REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A Ditadura Que Mudou o Brasil: 50 Anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014, p.94.

monopólios, que sempre visam a obtenção do lucro máximo, portanto a preços sempre elevados.<sup>61</sup>

Em 12 de junho de 1987 foi anunciado o novo plano de estabilização macroeconômica do Brasil, chamado Plano Bresser. Neste Plano, “*a inflação foi diagnosticada como inercial e de demanda e, em consequência, o plano foi concebido como híbrido, contendo elementos heterodoxos e ortodoxos*”.<sup>62</sup>

O Voz da Unidade da semana de 19 a 25 de junho de 1987 trouxe a interpretação comunista sobre o Plano. Segundo a publicação, “*as [...] medidas adotadas não tocam nos problemas de estrutura*”<sup>63</sup> e se baseiam em quatro eixos básicos: “*[...] congelamento dos preços de bens e serviços; nova política salarial; redução do déficit público; e política cambial voltada para o incremento das exportações*”.<sup>64</sup>

Já vimos que o congelamento de preços era uma das principais propostas dos comunistas para o combate à inflação. Após o fracasso do Plano Cruzado, contudo, o Partido atentava para uma questão em especial: a necessidade de o governo conseguir estabelecer um rígido controle sobre o congelamento e garantir punição aos sabotadores de tal política.

Apesar de conter a proposta de congelamento de preços, o Plano do ministro Bresser-Pereira foi criticado pelo PCB:

[...] entendemos que o Plano Bresser segue a política tradicional das classes dominantes, com os trabalhadores mais uma vez pagando a conta dos ajustes na economia. Ou seja, o plano não enfrenta questões fundamentais da crise; não formula uma política de investimentos, elemento central de qualquer programa de desenvolvimento econômico; não toca na questão da dívida externa nem da dívida interna; não encaminha a reforma tributária nem a financeira; e nem busca o resgate da dívida social, via programa de recuperação salarial.<sup>65</sup>

O Plano refletia a essência da luta de classes no campo econômico. Os pecebistas alertavam que mais uma vez os(as) trabalhadores(as) arcariam com as mazelas da crise. Ao propor medidas que penalizavam o trabalho e não o capital, Bresser-Pereira encontrou inimigos nas forças populares do país, em especial entre os militantes comunistas. O Plano, importa ressaltar, não continha nenhum programa de distribuição de renda, diferentemente da proposta comunista que visava um “*programa de recuperação salarial, com realinhamento*

---

<sup>61</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 344, p.4.

<sup>62</sup> GIAMBIAGI, Fabio e VILLELA, André et al. (orgs.). **Op. Cit.**, p.129.

<sup>63</sup> **Voz da Unidade**. 19 a 25 de junho de 1987. Edição nº 350, p.7.

<sup>64</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 350, p.7.

<sup>65</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 350, p.7.



*dos salários de acordo com os índices do Dieese*”<sup>66</sup> (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). O pacote econômico, aliás, não apenas não visava a distribuição de renda como congelava os salários por um prazo de 90 dias, corrigidos mensalmente com base na média mensal da URP (Unidade de Referência de Preços).<sup>67</sup>

Outro ponto questionado pelo PCB no que diz respeito ao Plano de Bresser-Pereira foi a intenção de reduzir gastos públicos, desprezando investimentos Estatais no país. Investimentos públicos são indispensáveis para o desenvolvimento econômico de qualquer país, pois além de atenderem demandas da população via construção de obras públicas, por exemplo, são capazes de absorver contingentes de mão de obra, diminuindo o desemprego; distribuir renda através dos salários pagos; estimular a demanda da população e aumentar a arrecadação do governo via pagamento de tributos diretos e indiretos, os quais devem ser reinvestidos no bem-estar da população em geral, em especial dos menos favorecidos. O Plano do ministro Bresser, contudo, parecia buscar outro caminho, de diminuição do papel do Estado na economia, dando protagonismo aos setores privados nas decisões econômicas do país. Não à toa, portanto, as diversas críticas do PCB ao ministro e suas propostas.

A questão da dívida externa não foi explicitada no Plano Bresser, o que, em um primeiro momento, legitimava o *status quo* de moratória, instaurada em fevereiro pelo ex-ministro Funaro. Contudo, o Voz da Unidade trazia a informação, veiculada em alguns jornais, sobre uma possível “*suspensão da moratória, após acordo de refinanciamento dos juros deste ano; pagamento da metade dos juros de 1988 e refinanciamento da outra metade*”.<sup>68</sup> Tal medida contrastava com a proposta dos comunistas de manter a moratória por um prazo mínimo de cinco anos, aliada à realização de uma auditoria, capaz de demonstrar onde e como foram contraídos os empréstimos dos governos brasileiros junto ao setor financeiro internacional. Este ponto será desenvolvido na seção 3.3 deste capítulo.

A questão salarial imposta pelo governo também incomodou o PCB. Na edição nº 361 do Voz da Unidade, de setembro de 1987, o colunista Edmilson Costa novamente fez críticas ao projeto econômico de Bresser-Pereira e José Sarney. Segundo o economista comunista, o

---

<sup>66</sup> **Voz da Unidade.** Edição nº 350, p.7.

<sup>67</sup> **Voz da Unidade.** Edição nº 350, p.7.

<sup>68</sup> **Voz da Unidade.** Edição nº 350, p.7.

Plano Bresser já havia feito a classe trabalhadora perder 37% do seu poder de compra,<sup>69</sup> graças ao congelamento de salários inerente ao Plano econômico. Ainda segundo Costa,

O ministro Bresser-Pereira perdeu completamente o charme social-democrata que exercitava quando era professor da Fundação Getúlio Vargas e agora está se transformando num aprendiz de canibal, tamanha sua virulência contra o poder aquisitivo dos trabalhadores.<sup>70</sup>

Isso porque o ministro, em encontro com empresários e trabalhadores,

[...] apresentou um documento intitulado Salários: o realismo necessário, que é uma verdadeira obra-prima do sofisma e da manipulação, uma vez que procura justificar que não houve arrocho salarial com seu Plano de Estabilização e que, se forem dados aumentos reais acima de 10% nas negociações que estão sendo realizadas por diversas categorias, a economia entrará num processo inflacionário incontrolável.<sup>71</sup>

Não é difícil, portanto, compreender as implicações dos militantes comunistas para com Bresser-Pereira. O Plano econômico instituído pelo ministro em junho de 1987 não respondeu aos anseios pecebistas, assim como não resolveu os problemas econômico-sociais do país.

O Plano Bresser, de curta duração, chegou ao fim com a própria queda do ministro do cargo ao qual havia sido alçado em abril de 1987. Em dezembro do mesmo ano o economista desligou-se do governo Sarney. Em publicação recente<sup>72</sup>, Bresser-Pereira admitiu que assumiu o Ministério da Fazenda em meio ao “furacão da crise”. Por conta disso, um dos motivos para o fracasso do Plano teria sido o “*imobilismo do presidente que proibiu a flexibilização do congelamento dos preços nos meses seguintes, impedindo a correção dos preços relativos*”.<sup>73</sup> De acordo com o Plano, o congelamento de preços se daria em três etapas: 1) Congelamento total por três meses; 2) Flexibilização do congelamento; 3) Descongelamento.<sup>74</sup> Além disso, Bresser não poupou críticas a Sarney: “*A circunstância de José Sarney ter ocupado a Presidência da República foi o fator determinante do retorno ao poder dos setores mais arcaicos e parasitários do capitalismo brasileiro*”.<sup>75</sup>

Por fim, tanto o Plano Cruzado como o Plano Bresser, por mais que tivessem elementos que faziam parte do ideário econômico do PCB, como o congelamento de preços,

---

<sup>69</sup> **Voz da Unidade**. 04 a 10 de setembro de 1987. Edição nº 361.

<sup>70</sup> **Voz da Unidade**. 30 de outubro a 05 de novembro de 1987. Edição nº 369, p.11.

<sup>71</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 369, p.11.

<sup>72</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Construção Política do Brasil: Sociedade, Economia e Estado Desde a Independência**. São Paulo: Editora 34, 2014, p.275.

<sup>73</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Op. Cit.**, p.274.

<sup>74</sup> GIAMBIAGI, Fabio e VILLELA, André et al. (orgs.). **Op. Cit.**, p.129.

<sup>75</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Op. Cit.**, p.271.

por exemplo, pecaram em outros aspectos e, por conta disso, foram fortemente criticados nas páginas do semanário Voz da Unidade. Uma das principais críticas referia-se à ausência de políticas econômicas que enfrentassem o grande capital, penalizando-o, em vez do trabalho, dentro da estrutura econômica. Nem mesmo a moratória da dívida externa durou o tempo necessário para diminuir a sangria econômica do país. Aliando isso ao arrocho salarial imposto principalmente pelo Plano de Bresser-Pereira, é possível compreender o porquê das críticas do PCB ao governo Sarney no período que a esta pesquisa interessa.

**Figura 1** – Charge criticando o governo Sarney às voltas com a instituição do Plano Bresser: salários em baixa e inflação em alta.



Fonte: Voz da Unidade. 05 a 11 de junho de 1987. Edição nº 348, p.2.

### 3.2 O Fundo Monetário Internacional: manifestação imperialista no Brasil

As influências imperialistas no Brasil e na América Latina costumavam ser temas de intensos debates por parte dos militantes do PCB. A íntima ligação dos governos militares com o capital financeiro internacional ao longo dos 21 anos de ditadura trouxe uma série de graves problemas à economia brasileira, principalmente no que diz respeito à sangria financeira sofrida pelo país via pagamento de juros e amortizações da dívida externa; dívida,

esta, paga, segundo o PCB, com a “*agudização da miséria do povo brasileiro*”.<sup>76</sup> Com o advento da Nova República em 1985, e com a promessa do presidente indiretamente eleito pelo Congresso Nacional - Tancredo Neves - de que a “*dívida externa não seria paga com a fome e a miséria do povo*”,<sup>77</sup> uma luz no fim do túnel surgiu para os comunistas. O obscuro período ditatorial de submissão frente ao capital estrangeiro parecia estar chegando ao fim. Em 1985, contudo, um espectro voltava a rondar a sociedade brasileira, então governada pelo presidente José Sarney, vice de Tancredo Neves, falecido em abril deste mesmo ano; espectro, este, denunciado pelo PCB nas páginas do jornal *Voz da Unidade*, dadas as medidas econômicas concentradoras de renda por ele recomendadas a fim de ajustar as contas públicas do país: o Fundo Monetário Internacional (FMI). O FMI representava uma das faces da força imperialista capitalista, responsável por uma desenfreada sangria dos recursos das nações subdesenvolvidas com o objetivo de alimentar o sistema financeiro internacional, dominado por oligarquias rentistas e com imenso poder de influência dentro do sistema capitalista. Sua influência no Brasil foi denunciada pela esquerda política do país, especialmente o PCB, o que não impediu a ligação do governo do ditador João Batista Figueiredo com o órgão no início da década de 1980. Segundo o economista Fernando Soares:

Ao final de 1982 o governo procurou formalmente o FMI. No ano seguinte, em janeiro, foi assinada a primeira carta de intenções. Nos dois anos seguintes ocorreram mais sete cartas de intenções, período no qual a política macroeconômica brasileira ficou atrelada aos ditames do Fundo.<sup>78</sup>

O PCB tinha claras noções de que não era por conta da benevolência do FMI que o mesmo se propunha a ajudar financeiramente a economia brasileira a honrar seus compromissos. O órgão possuía íntimas ligações com o imperialismo estrangeiro e, sob o caráter neoliberal, propunha medidas prejudiciais aos trabalhadores. O PCB denunciava que as cartas de intenções assinadas junto ao órgão explicitavam que:

[...] trabalho e remuneração digna para todos entram nos cálculos dos auditores como valores a subtrair, nunca a somar, de modo que a conta dos juros a pagar seja sempre uma operação a multiplicar. Quanto menos o trabalhador passou a ganhar e mais se viu despedido do emprego, mais aumentaram as dificuldades, maior foi a inflação e o acúmulo do déficit público.<sup>79</sup>

Com o objetivo de “ajustar contas públicas”, o FMI costumava propor uma série de medidas aos países que a ele recorriam. Além do congelamento de gastos públicos, duas

---

<sup>76</sup> **Voz da Unidade**. 15 a 21 de junho de 1985. Edição nº 254.

<sup>77</sup> ABREU, Marcelo de Paiva (org.). Op. Cit. p. 356.

<sup>78</sup> SOARES, Fernando. **Economia Brasileira: Da Primeira República ao Plano Real**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011, p. 104.

<sup>79</sup> **Voz da Unidade**. 01 a 07 de junho de 2016. Edição nº 252.

outras medidas tipicamente neoliberais recomendadas pelo órgão internacional geravam descontentamento entre os pecebistas. Ambas visavam o controle inflacionário, mas prejudicavam fortemente as classes mais baixas: o congelamento de salários e o aumento ou manutenção em altos níveis da taxa básica de juros. As duas medidas se faziam necessárias pelo fato de, segundo o manual do FMI, a inflação brasileira ser de demanda. Tal situação foi ironizada pelo PCB:

[...] de acordo com os manuais monetaristas, a inflação brasileira é de demanda, ou seja, os preços aumentam porque o povo faz filas enormes para comprar, o que deixa os capitalistas muito felizes e faz aumentar os preços.<sup>80</sup>

Identificar a situação inflacionária brasileira como sendo causada pelo aquecimento da demanda interna era a primeira medida para congelar salários e aumentar juros. O primeiro ato se fazia necessário para evitar que ganhos reais ou até mesmo nominais nos salários fizessem com que a população fosse às compras e os preços acabassem aumentando ainda mais; o segundo, para evitar a contratação de crédito barato via mercado financeiro que pudesse ser utilizado com fins consumistas. Este segundo ponto referente à taxa de juros, contudo, trazia consigo outro aspecto ainda mais perigoso para a economia brasileira, e que, segundo os comunistas, entrava em contradição com a premissa do FMI de “ajuste nas contas públicas”: quanto mais alta a taxa de juros do país, maiores são os valores pagos àqueles que emprestaram dinheiro aos governos brasileiros, o que contribuía para a sangria financeira do país, o qual, em vez de investir em políticas públicas necessárias ao bem-estar da população, transferia a renda do país aos sistemas financeiros nacional e internacional, via pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Como representante dos interesses imperialistas, a política econômica proposta pelo FMI passava longe da defesa da classe trabalhadora: “[...] para o capital estrangeiro, o que realmente interessa é a pilhagem cada vez maior dos povos e nações, o sugamento até o tutano das riquezas nacionais”.<sup>81</sup>

Em editorial publicado na edição nº 356 do Voz da Unidade, datado da semana de 31 de julho a 06 de agosto de 1987, os comunistas alertavam que voltar ao FMI seria “capitular”, ou seja, render-se às posições econômicas do órgão. O receio comunista no ano de 1987 era grande pelo fato de a política macroeconômica posta em prática pelo ministro da Fazenda

---

<sup>80</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 254.

<sup>81</sup> COSTA, Edmilson. Nação repudia a chantagem e a prepotência dos ianques. **Voz da Unidade**. 19 a 25 de setembro de 1986. Edição nº 315.

Bresser-Pereira ter sido “*desenhada de tal forma que é perfeitamente compatível com as exigências fundamentais do FMI*”.<sup>82</sup> Por conta disso, o PCB alertava que

A luta dos democratas que têm consciência de que uma das tarefas da transição é reverter o “modelo econômico” herdado da ditadura, pois, tem duas frentes: contra a orientação econômica em vigor e contra a volta do FMI. Derrotar a primeira é impedir a segunda.<sup>83</sup>

Em edição de julho de 1987, o economista Edmilson Costa publicou no Voz da Unidade um artigo sobre a proposta do FMI para a economia brasileira naquele ano. O objetivo principal da proposta era realizar um drástico corte nos gastos públicos brasileiros a fim de acabar com a inflação e “ajustar as contas públicas do país”. A posição comunista sobre o assunto era clara e explícita: o corte nos gastos públicos interessava apenas aos credores nacionais e internacionais do Brasil, que sonhavam pôr fim à moratória da dívida externa decretada em fevereiro daquele mesmo ano. Segundo o economista e colunista do Voz da Unidade, “[...] *quando se fala em déficit público no Brasil, está se querendo dizer é que os banqueiros internacionais, os nacionais, os especuladores financeiros e expressivos segmentos industriais estão se locupletando no erário público*”.<sup>84</sup> Valorizando o conceito de luta de classes, os comunistas denunciavam a função primordial das ações propostas pelo Fundo, consideradas elitistas e prejudiciais aos trabalhadores, visando dar ainda mais poder e transferir dinheiro público brasileiro às classes rentistas nacionais e internacionais. Além disso, Costa alertava que

Vale lembrar que num país onde o Estado tem peso fundamental na questão do investimento global, o corte nos gastos públicos significa diminuição das encomendas junto às indústrias, que por sua vez produzirão menos e a consequência disso será a menor absorção de mão de obra.<sup>85</sup>

Numa palavra: desemprego. Diminuir os gastos públicos, denunciavam os comunistas, é sinônimo de diminuir o papel do Estado na economia. Como no Brasil o Estado possui papel fundamental no desenvolvimento econômico, a redução dos gastos Estatais seria, inevitavelmente, “*nociva ao país*”.<sup>86</sup>

O espectro do FMI permaneceu rondando o Brasil por longos anos, inclusive no período que extrapola os limites cronológicos desta pesquisa. O governo brasileiro precisava escolher entre o povo do país e os ditames imperialistas: os dois ao mesmo tempo eram

---

<sup>82</sup> **Voz da Unidade.** 31 de julho a 06 de agosto de 1987. Edição nº 356, p.2.

<sup>83</sup> **Voz da Unidade.** Edição nº 356, p.2.

<sup>84</sup> **Voz da Unidade.** 10 a 15 de julho de 1987. Edição nº 353, p.7.

<sup>85</sup> **Voz da Unidade.** Edição nº 353, p.7.

<sup>86</sup> **Voz da Unidade.** Edição nº 353, p.7.

impossíveis. Não havia esperança alguma para os comunistas de que o capital estrangeiro proporcionasse benefícios à classe trabalhadora. Não à toa, o historiador marxista Nelson Sodré afirmou: “*Nos países de economia colonial ou dependente, como o Brasil, o investimento estrangeiro está longe de representar estímulos. [...] Os efeitos do investimento estrangeiro debilitam a economia nacional, limitam suas possibilidades de expansão*”.<sup>87</sup> Os membros do PCB consideravam que era dever de sua militância alertar governo e popula o quanto aos riscos que a sociedade brasileira corria ao se submeter aos interesses e ditames do Fundo. Ainda segundo o mesmo autor, “*A burguesia no Brasil divide-se em duas fra es: a que se associa ao imperialismo e a que resiste ao imperialismo*”.<sup>88</sup> O próprio nome do jornal que neste trabalho   analisado – Voz da Unidade – envolve essa questão levantada por Sodré. A unidade defendida pelos militantes do PCB deveria agrupar todas as forças progressistas do país; inclusive, pois, a parte da burguesia nacional que se via prejudicada social e economicamente frente ao poderio e influência exercidos pelo imperialismo no Brasil na década de 1980.<sup>89</sup>

Assim sendo, a história de rela o ótima entre Estado brasileiro e imperialismo não poderia mais se repetir: manter distância total do FMI era, portanto, essencial para a constru o de um Brasil menos desigual e, conseqüentemente, fiel aos anseios econômicos pecebistas.

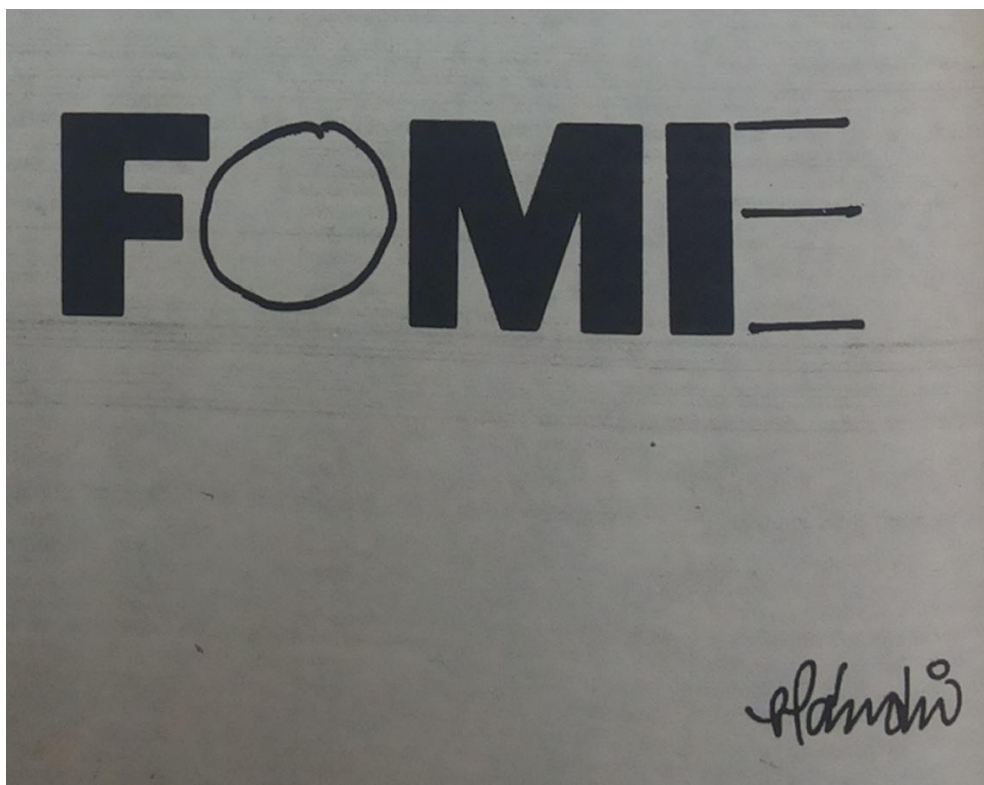
---

<sup>87</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Forma o Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990, p. 393.

<sup>88</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdu o   Revolu o Brasileira**. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 1967, p.257.

<sup>89</sup> Reconhecemos a existência de diferentes orienta es estratégico-táticas dentro do PCB. A análise de nossa fonte primária, entretanto, demonstra que a publica o estava alinhada com o ideal de uma possível aproxima o para com a burguesia nacional que resistia ao imperialismo.

**Figura 2** - Crítica do PCB sobre as consequências dos ditames do FMI à economia brasileira.



**Fonte:** Voz da Unidade. 15 a 23 de abril de 1987. Edição nº 341, p.2.

### **3.3 A questão da dívida pública: sangria financeira no Brasil**

Dentre os temas econômicos selecionados para o desenvolvimento deste capítulo, um deles se destaca no que diz respeito à importância dada pelo PCB à questão: a dívida pública brasileira. Nenhum outro problema econômico ocupou tanto espaço nas páginas do jornal Voz da Unidade quanto a sangria financeira imposta ao país via pagamento de juros e amortizações da dívida pública herdada a partir dos governos militares; dívida pública esta, composta pela soma das dívidas interna e externa, devidas a credores nacionais e internacionais, respectivamente.

Logo em 1985 o PCB denunciava a herança ditatorial e os problemas a serem enfrentados pela administração Sarney a este respeito: “[...] na origem do déficit público está uma dívida acumulada, externa e interna, da ordem de 650 trilhões de cruzeiros. Uma dívida que obriga o governo a pagar anualmente 100 trilhões de cruzeiros só de juros”.<sup>90</sup> Isso pelo fato de, na tentativa de controlar a inflação, os governos frequentemente utilizarem a tática de

<sup>90</sup> **Voz da Unidade.** 06 a 12 de julho de 1985. Edição nº 257, p.5.



aumento na taxa de juros, o que acabou incrementando a remuneração daqueles que possuíam títulos da dívida pública brasileira – os rentistas. Tal situação era perigosa, segundo o PCB, pois aplicar nos papéis da dívida acabava dando mais dinheiro aos capitalistas do que aplicar na produção,<sup>91</sup> o que contribuía para a desaceleração econômica do país.

A edição do Voz da Unidade datada da semana de 05 a 11 de outubro de 1985 resume as principais posições do PCB no que diz respeito à dívida externa do país. Reunida em assembleia nos dias 28 e 29 de setembro daquele ano, a Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido Comunista Brasileiro (CDNP/PCB) discutiu as principais questões que envolviam a dívida brasileira e utilizou as páginas de seu semanário para divulgar seus posicionamentos acerca do tema.

O primeiro ponto criticado pelo Partido legitima a herança deixada pelos governos militares, o que se tornou um dos “*gargalos decisivos que problematizam a retomada do desenvolvimento econômico*”.<sup>92</sup> Da mesma forma, os comunistas destacaram aquela que seria a principal bandeira do PCB na luta contra a sangria financeira imposta pela dívida externa às contas públicas do Brasil: a proposta de moratória. Segundo a CDNP,

Para o Brasil, são várias as alternativas para que se concretize a proposta da moratória, mediante diferentes formas de renegociação da dívida externa. Os comunistas entendem que já agora existe base política para um encaminhamento que, oferecendo tratamento diferenciado aos credores e recusando soluções imediatistas, estabeleça um prazo de carência de 5 anos para os pagamentos dos juros e do principal, com uma renegociação que determine um **quantum** do saldo da balança comercial (nunca superior a 20%) a ser canalizado ulteriormente para o resgate dos débitos. Esta renegociação deve objetivar, a médio prazo, a discussão do montante do principal a ser pago e a definição de taxas de juros não manipuladas unilateralmente.<sup>93</sup>

A suspensão no pagamento de juros da dívida externa foi, enfim, realizada em fevereiro de 1987 pelo então ministro da Fazenda Dilson Funaro. Segundo o economista Eduardo Modiano, “*Os objetivos oficiais da moratória eram: estancar a perda de reservas cambiais e iniciar uma nova fase nas renegociações da dívida externa*”.<sup>94</sup> Os comunistas receberam a notícia com cautela, pois argumentavam que a simples suspensão do pagamento dos juros da dívida não resolveria, por si só, os problemas econômicos do Brasil: “*As medidas*

---

<sup>91</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 257, p.5.

<sup>92</sup> **Voz da Unidade**. 05 a 11 de outubro de 1985. Edição nº 270.

<sup>93</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 270, p.9. (grifo no original)

<sup>94</sup> MODIANO, Eduardo. A Ópera dos Três Cruzados: 1985-1989. IN: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **Op. Cit.**, p.365.

*do governo Sarney apontam na direção positiva, mas não são suficientes*”,<sup>95</sup> escreveu o colunista Edmilson Costa. Essa insuficiência na medida proposta por Sarney, Funaro e a equipe econômica do governo brasileiro se dava pelo fato de outra antiga reivindicação comunista não fazer parte do projeto que pôs em prática a moratória da dívida brasileira, isto é, a necessidade de ser realizada uma ampla e irrestrita auditoria nos contratos de títulos da dívida pública firmados pelo governo brasileiro ao longo das últimas décadas.

Para o PCB, além de manter a moratória por um prazo mínimo de cinco anos, era necessário que se realizasse essa auditoria, pois havia a desconfiança de que muitos desses contratos eram ilegais e serviam apenas para sugar os recursos brasileiros em proveito dos sistemas financeiros nacional e internacional. Tal proposta era rejeitada pelas camadas dominantes e forças conservadoras, fato costumeiramente ironizado pelo PCB: *“Se as forças conservadoras têm certeza de que não participaram de nenhum processo escuso, por que evitar a auditoria? Quem não deve não teme – não é esta a regra do moralismo burguês?”*.<sup>96</sup>

A luta pela auditoria da dívida representava a luta pelo direito do povo brasileiro saber como, quando e onde foram contraídos os empréstimos responsáveis por gerar a dívida. A ausência de um projeto de auditoria intrínseca à prática da moratória, contudo, foi o que criou a desconfiança do PCB quanto ao verdadeiro potencial de eficácia da proposta, ainda que fosse dever das forças progressistas do país apoiar a medida.

O orçamento brasileiro para 1986, debatido na edição 267 do Voz da Unidade, trouxe uma série de apontamentos capazes de justificar a preocupação dos comunistas para com o tema. Elaborado com base em uma projeção de inflação de 160% para 1986, o orçamento proposto pelo Poder Executivo previa um total de encargos de 656.126 bilhões de cruzeiros. Deste valor, 243.012 bilhões de cruzeiros, ou 37% do total, era destinado exclusivamente para o pagamento dos encargos *financeiros* da União, sendo 202 trilhões disponibilizados unicamente para abatimento de juros e amortizações das dívidas interna e externa. De acordo com o colunista Edmilson Costa,

A despesa orçada de 656 trilhões de cruzeiros não tem receitas suficientes para cobri-la, prevendo-se um rombo de 195 trilhões, a ser coberto por aumento de impostos e emissão de títulos públicos.<sup>97</sup>

---

<sup>95</sup> **Voz da Unidade.** 20 a 26 de fevereiro de 1987. Edição nº 334, p.7.

<sup>96</sup> **Voz da Unidade.** 06 a 12 de março de 1987. Edição nº 335, p.6.

<sup>97</sup> **Voz da Unidade.** 14 a 20 de setembro de 1985. Edição nº 267, p.6

Comparando o valor destinado pelo governo às suas necessidades financeiras com os valores aplicados em áreas sociais, por exemplo, nota-se enorme disparidade. Ao lado dos 202 trilhões programados via orçamento para pagamentos dos juros e amortizações das dívidas públicas, o Ministério da Educação em 1986 trabalharia com apenas 38.773 bilhões de cruzeiros; o Ministério da Saúde com 12.344 bilhões de cruzeiros; e o Ministério da Cultura com aproximadamente 1.137 bilhão.<sup>98</sup> A disparidade nesses valores era uma das causas dos males sociais brasileiros, denunciavam os comunistas: “*Para pagar esses valores (serviço da dívida), o governo corta gastos sociais e freia o desenvolvimento do país*”.<sup>99</sup> Enquanto o Brasil escoava dinheiro às classes rentistas nacionais e internacionais via pagamento do serviço da dívida, importantes setores e segmentos sociais do país viam-se debilitados financeiramente, o que contribuía para a manutenção de um sistema fortemente concentrador de renda herdado do período ditatorial.

A lógica do PCB era de que excluídos os encargos financeiros não havia déficit público<sup>100</sup> no país. Por isso a necessidade de defender a moratória e a auditoria da dívida, para que mais dinheiro fosse injetado em áreas sociais e que pereciam de recursos, a fim de combater as desigualdades no Brasil.<sup>101</sup>

Importa ressaltar que a questão que envolve a dívida pública brasileira foi amplamente debatida nas páginas do Voz da Unidade ao longo do período compreendido pelo recorte cronológico proposto por esta pesquisa. Além da necessidade de manter a moratória por cinco anos e realizar uma ampla auditoria na dívida pública, o PCB também defendia a completa soberania brasileira nas negociações com os credores internos e externos. A dívida de forma alguma poderia ser paga com arrocho salarial e a fome do povo.

Assim sendo, a luta dos militantes do PCB estava longe de chegar ao fim. A própria moratória, promulgada em fevereiro de 1987, durou pouco mais de dez meses apenas, até 03.01.1988. O “*suicídio político*”<sup>102</sup> e social causado pela ampla sangria financeira sofrida pelo país há anos estava longe do fim – e nem as forças democráticas surgidas após 1985

---

<sup>98</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 267.

<sup>99</sup> **Voz da Unidade**. 28 de fevereiro a 06 de março de 1986. Edição nº 287.

<sup>100</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 267, p.6.

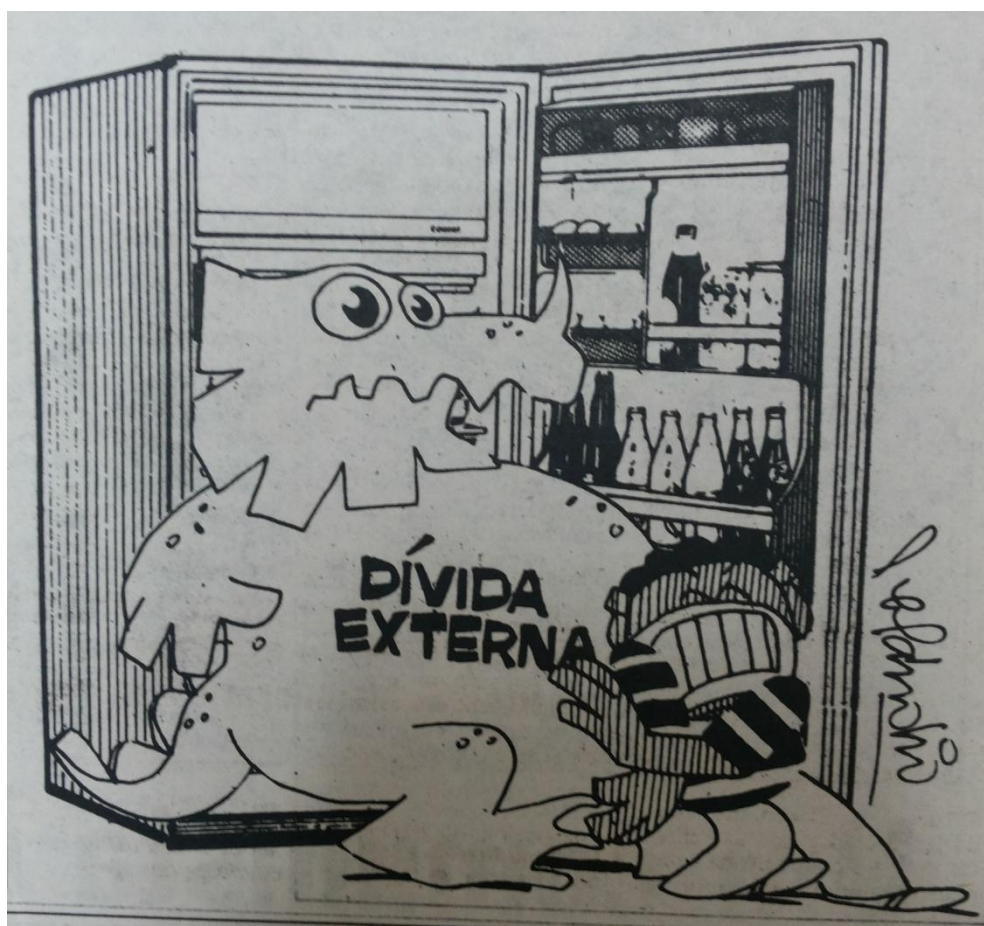
<sup>101</sup> Curiosamente, em conjuntura recente, a economista Sofia Manzano, quadro nacional do PCB, questiona a eficácia e radicalidade da auditoria da dívida pública, pelo fato de a auditoria acabar por legitimar a própria lógica do capital. **Disponível em:** [https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=716:os-perigos-de-uma-tatica-a-auditoria-da-divida-publica-por-sofia-manzano&catid=3:temas-em-debate](https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=716:os-perigos-de-uma-tatica-a-auditoria-da-divida-publica-por-sofia-manzano&catid=3:temas-em-debate).

**Acesso em:** 11 de janeiro de 2017.

<sup>102</sup> Caracterização crítica referindo-se à decisão dos governos brasileiros em manter o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. **Voz da Unidade**. Edição nº 287.

pareciam ter forças para pôr fim a esta situação. Marxista, o PCB tinha noção de que era uma questão de luta de classes, entre capital e trabalho, rentistas e trabalhadores, dominantes e dominados. A escolha governamental era clara: ou mantinha a sangria financeira imposta ao país pelo serviço da dívida, ou investia em programas sociais capazes de aumentar direitos e incluir socialmente a maior parte da população brasileira, submetida a um sistema capitalista concentrador de renda e avesso às transformações/melhorias sociais.

**Figura 3** - Crítica do PCB ao fato da dívida externa brasileira não caber no orçamento do país.



**Fonte:** Voz da Unidade. 10 a 15 de julho de 1987. Edição nº 353, p.2.

### 3.4 O sistema tributário brasileiro às voltas com a redemocratização

Algumas medidas que poderão ser tomadas quando o poder/instrumentos de produção passarem às mãos do Estado (proletariado organizado como classe dominante):

- 1) Expropriação da propriedade fundiária e emprego da renda da terra nas despesas do Estado.
- 2) **Imposto fortemente progressivo;**
- 3) Abolição do direito de herança. [...] <sup>103</sup>

Mudanças estruturais no regime tributário brasileiro pautaram um significativo número de matérias econômicas e políticas publicadas no jornal Voz da Unidade. Valorizando o legado marxista e dele sendo fiel, o PCB não hesitava em lutar pela completa mudança no modo como os tributos eram – e até hoje são – cobrados no Brasil. Os impostos brasileiros, na maioria classificados como indiretos, <sup>104</sup> são prejudiciais às classes menos favorecidas, visto que, em vez de taxar heranças, rendas, lucros e dividendos, por exemplo, baseiam-se na taxaço sobre o consumo e os rendimentos do trabalho, o que atinge diretamente as classes trabalhadoras, que veem parte significativa de suas rendas migrar aos cofres públicos – muitas vezes sem contrapartidas efetivas.

Reunida em assembleia nos dias 1 e 2 de junho de 1985, a CDNP/PCB discutiu alguns pontos importantes no que tange à estrutura tributária brasileira. Em matéria intitulada “Um PCB Renovado Para Um Brasil Renovado”, publicada na edição nº 253 do semanário, o Partido destacou a necessidade de se realizar uma “[...] reforma fiscal que reduza a carga de impostos indiretos e grave mais as rendas das camadas ricas, suas propriedades suntuárias e os ganhos de capital”. <sup>105</sup> A lógica dos pecebistas indicava que a injusta estrutura tributária brasileira era produto das inúmeras contradições inerentes ao modo de produção capitalista, que permite, através da taxaço indireta, que as classes mais baixas – proporcionalmente às suas rendas – paguem mais impostos do que as classes mais altas. Como visto acima, a instituição de um modelo tributário fortemente progressivo foi delineado pelo próprio Marx como um modo de pôr fim a essa contradição.

A luta dos comunistas no que diz respeito à estrutura tributária refletia questões de classe. De um lado, as classes dominantes – com o aparato Estatal em mãos – mantendo os privilégios tributários; de outro, as classes trabalhadoras, submetidas frente ao poder do capital e obrigadas a destinar significativa parte de suas rendas às questões fiscais. Aqueles

---

<sup>103</sup> MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Op. Cit.** p.66. (grifo meu)

<sup>104</sup> Impostos cuja cobrança pode ser repassada a terceiros, geralmente via sistema de preços.

<sup>105</sup> **Voz da Unidade.** Edição nº 253, p.8-9.

que estão no poder geralmente não fazem questão de alterar essa lógica – a não ser que a mudança os favoreça ainda mais. Por isso a luta por parte dos comunistas para, às voltas com a Nova República, pôr fim ao modelo concentrador de renda herdado do regime ditatorial, em muito influenciado pela estrutura tributária do país.

Na edição nº 340 do Voz da Unidade, o PCB caracterizou a situação brasileira como repleta de “iniquidades tributárias”, e deixou claro que o tema recebe por parte dos comunistas não um tratamento pontual ou acessório, mas global.<sup>106</sup> Além de denunciar a característica básica da estrutura tributária brasileira - existência em excesso de impostos indiretos e a escassa existência de impostos progressivos/diretos -, o PCB trouxe outra questão à discussão: a centralidade excessiva de recursos tributários na União, o que tinha como resultado a “*literal falência dos erários municipais*”.<sup>107</sup> Por conta disso, a descentralização dos recursos obtidos via tributação no Brasil deveria ser colocada em prática, dando maior poder aos estados e municípios na tomada de decisões referente às aplicações do dinheiro público com o objetivo de garantir o bem-estar da população. A centralização desses valores no âmbito federal não contava com o apoio pecebista pelo fato da dificuldade de o Estado nacional atender aos interesses de áreas periféricas do país. Finalizando a matéria em questão, os comunistas alertavam que “*A luta por um sistema tributário onde a eficácia se conjugue com a justiça fiscal não será fácil [...]. Mas sem um tal sistema a futura Constituição não viabilizará entre nós a democracia e o desenvolvimento*”.<sup>108</sup>

Assim sendo, manter a lógica tributária herdada da ditadura civil-militar era sinônimo de não realizar plenamente a transição para a democracia no Brasil. Sem essa alteração estrutural, o desenvolvimento brasileiro estaria fadado a perecer frente à imposição de todo o poderio político, social e econômico imposto pelas classes dominantes do país, completamente desinteressadas em perder seus privilégios financeiros e tributários.

Seguindo a lógica de luta pela criação de impostos progressivos no Brasil, no segundo semestre de 1987 o PCB debateu nas páginas do jornal Voz da Unidade as tentativas do então ministro da Fazenda Bresser-Pereira de fazer uma reforma fiscal no Brasil, criando, entre outras medidas, o Imposto sobre Patrimônio Líquido (IPL). Progressivo, o imposto existia em países europeus há décadas: na Alemanha desde 1893, na Holanda desde 1892, na Suíça desde 1840 e na Suécia desde 1902. No Brasil, entretanto, “*a primeira grande medida com*

---

<sup>106</sup> **Voz da Unidade**. 10 a 16 de abril de 1987. Edição nº 340.

<sup>107</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 340, p.2.

<sup>108</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 340, p.2.

*aspectos positivos a ser tomada no ministério da Fazenda [...] deu com os burros nágua*”. Argumentando ser difícil de operar e capaz de emperrar ainda mais o desenvolvimento do país, além de gerar pouca arrecadação, o governo Sarney logo vetou o pacote fiscal do ministro Bresser-Pereira. O PCB se posicionou contra a decisão da administração Sarney de vetar o pacote proposto pelo ministro da Fazenda:

Só existe dificuldade de operá-lo (o IPL) se o governo fizer vistas grossas com os negócios das pessoas ricas. Basta apertar a fiscalização sobre os cerca de 1% mais ricos do país e imediatamente se verá quem são os verdadeiros marajás da nação. Ao contrário do que afirmam as autoridades, o imposto não emperra o desenvolvimento. Pelo contrário, a arrecadação advinda do IPL (0,5% do PIB) poderia ser alocada em investimentos governamentais, o que geraria emprego e desenvolvimento.

E foi além: *“Ao esgrimir esses argumentos fúteis, o governo não quer reconhecer que recuou diante da pressão política exercida pelo segmento mais rico das classes dominantes, acostumado ao longo dos anos a não pagar imposto”*.

O que o PCB queria demonstrar com essa negativa do governo Sarney em aplicar o IPL no Brasil era que a decisão de veto não se baseava em critérios técnicos, mas simplesmente na manutenção dos interesses econômicos das camadas dominantes, às quais dificilmente aceitariam a inclusão de um novo imposto sobre o patrimônio na estrutura tributária brasileira. O governo Sarney, alinhado a essas classes, pôs fim à proposta de Bresser-Pereira, o que comprovava a tese pecebista de que *“[...] vai ser difícil realizar as reformas que o país necessita pela via do consenso com essa classe dominantes bárbara”*.<sup>109</sup>

A tentativa do ministro Bresser-Pereira de implantar o pacote fiscal, nele contido o IPL, foi criticada pelo empresariado paulista. A tentativa, dita pelo próprio ministro, de *“tornar o imposto de renda socialmente mais justo, promovendo a redução das despesas e o aumento da receita”*<sup>110</sup> não foi aceita por Sarney, pondo fim ao desejo do ministro de arrecadar aproximadamente Cz\$ 31 bilhões em 1988. A restrição imposta por Sarney ao pacote fiscal de Bresser-Pereira foi, aliás, um dos motivos para que o ministro pedisse demissão em dezembro de 1987.

A luta pela transformação na estrutura fiscal brasileira, tornando-a mais progressiva, valorizando impostos diretos em detrimento dos indiretos, além de buscar a descentralização dos recursos arrecadados pelo fisco brasileiro, destinando maior parte dessas arrecadações aos estados e municípios, foram temas amplamente debatidos nas páginas do semanário Voz da

<sup>109</sup> **Voz da Unidade**. 04 a 10 de dezembro de 1987. Edição nº 374, p.7. (e citações anteriores da página).

<sup>110</sup> **Voz da Unidade**. 18 a 24 de dezembro de 1987. Edição nº 376.

Unidade, assim como nas assembleias do Partido. O PCB acreditava que a transição para uma sociedade verdadeiramente democrática e livre das heranças ditatoriais se daria somente com a completa alteração da lógica tributária brasileira – uma das faces das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

### 3.5 O papel do Estado na economia e o espectro das privatizações

Os temas já debatidos neste capítulo explicitam boa parte do ideário econômico do PCB no Brasil recém-redemocratizado. Os subcapítulos sobre os planos de estabilização econômica, imperialismo e FMI, dívida pública e sistema tributário trataram de mostrar tanto as críticas do Partido ao “capitalismo à brasileira” quanto as soluções apontadas para sanar os problemas envolvidos nestas questões. Assim sendo, para terminar este capítulo, importa ressaltar o papel dado pelo PCB ao Estado na economia brasileira.

A teoria leninista indica o Estado como “*um produto do antagonismo inconciliável das classes*”,<sup>111</sup> visto que, “*Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão de classes*”.<sup>112</sup>

Assim sendo, importa destacar qual era o papel que o Estado deveria ter na economia na opinião dos militantes comunistas e a luta destes contra a privatização do patrimônio público, um antigo e vivo desejo das elites neoliberais.<sup>113</sup>

Os subcapítulos anteriores explicitaram algumas das questões que envolvem o papel do Estado na economia na concepção do PCB: desprezando o ideal liberal de comprimir o aparato Estatal, o Partido via neste organismo um fator essencial para a saída da crise econômica e social pela qual passava o Brasil recém-redemocratizado. Vimos que os altos índices inflacionários do país, por exemplo, deveriam ser combatidos frente a uma ampla e fortificada ação governamental de controle de preços; o Estado deveria combater o imperialismo e suas ações em território nacional visando fortificar o mercado interno e a economia de exportação, evitando que o Brasil se tornasse um paraíso para o capital

---

<sup>111</sup> LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Centauro, 2007, p.23.

<sup>112</sup> LENIN, Vladimir Ilitch. **Op. Cit.** p. 26

<sup>113</sup> Sobre neoliberalismo remetemos ao texto de ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. IN: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz de Terra, 1995.



estrangeiro; a dívida pública deveria ser auditada e suspensa por cinco anos, com o valor a ser pago aos credores nacionais e internacionais sendo transferido para áreas sociais com falta de investimentos; a estrutura tributária deveria transformar-se em progressiva e direta, evitando que as classes menos favorecidas arcassem com o peso dos impostos indiretos. Isso para citar apenas alguns dos tópicos econômicos sobre os quais o PCB posicionou-se nas páginas do jornal *Voz da Unidade* de 1980 a 1991.

Deste modo, nota-se o contraste existente entre os ideais do PCB e a política econômica neoliberal que vigorava em parte da Europa e nos Estados Unidos a partir da década de 1970, tendo sido aplicada também em território latino americano pelo governo do ditador chileno Augusto Pinochet (1973-1990): uma lógica de livre-mercado aliada a políticas econômicas concentradoras de renda e riqueza. O PCB, em contraste, creditava ao Estado um papel fundamental para 1) reduzir as desigualdades sociais, via investimentos públicos em áreas sociais e estruturais e 2) distribuir renda, via valorização salarial, alteração na lógica tributária do país e maiores investimentos na área da educação.

Para exemplificar esta posição dos militantes comunistas, a edição nº 314 do jornal *Voz da Unidade* apresenta uma série de propostas do PCB que visavam garantir o bem-estar da população do estado do Rio de Janeiro. Tais ações, contudo, destaca o Partido, estavam articuladas com um amplo programa nacional de ideias e propostas defendidas pelo partido. Este conjunto de medidas baseava-se em dois eixos: o da recuperação econômica e o de melhorias sociais à população. O primeiro defendia a expansão dos investimentos públicos em matérias de habitação popular e saneamento básico; o estímulo ao desenvolvimento tecnológico mediante integração entre Estado, empresas e universidades; e apoio creditício e fiscal a empresas locais, com vistas à geração de empregos.<sup>114</sup> No que diz respeito às questões sociais, o PCB defendia uma especial atenção do Estado à rede pública escolar, visando garantir um ensino público gratuito em todos os níveis; passe livre para estudantes; construção e recuperação de postos de saúde; subsídios à população carente nas tarifas de água, luz, gás e esgoto, entre outras propostas.<sup>115</sup>

Acima contrastamos o ideário econômico do PCB com o ideário neoliberal. Para ir além, entretanto, importa destacar um ponto de suma importância nos debates econômicos da época: a privatização do patrimônio público. Já em 1985, às voltas com a redemocratização

---

<sup>114</sup> **Voz da Unidade**. 05 a 18 de setembro de 1986. Edição nº 314, p.6.

<sup>115</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 314, p.6.

do país, o tema estava em voga. O militante do PCB Sérgio Moraes procurou, em texto publicado nas páginas do jornal *Voz da Unidade*, desmontar alguns discursos de pessoas ligadas ao governo Sarney no que diz respeito às privatizações. Em junho de 1985 o secretário geral do Ministério do Planejamento Andrea Calabi declarou que “[...] a intenção do Governo, hoje, é mexer no essencial, no substantivo, através da abertura do capital das grandes e médias empresas estatais”. E foi além: “A desestatização é um consenso das forças políticas que dão sustentação à Nova República”.<sup>116</sup>

O espectro privatizador, logo, era um perigo iminente às forças progressistas do país, pois advinha de discursos oriundos de membros do próprio poder federal. Contrariando tal ideal, as propostas do PCB defendiam que as empresas estatais deveriam servir à geração de empregos, à retomada do desenvolvimento e à redistribuição de renda.<sup>117</sup>

O editorial da edição nº 263 do *Voz da Unidade* segue nesta linha de debates sobre a privatização. Intitulado “Deter a ofensiva contra as Estatais”, o texto destacou o papel da grande mídia na entrega do patrimônio nacional às corporações internacionais, numa espécie de “*histeria privatizante*”.<sup>118</sup> O PCB apontou o jornal *Folha de São Paulo* como comandante desta fúria antiestatal, e citou a atuação do jornal *Estadão* como seguidor desta mesma linha ideológica. O PCB afirmou no editorial que tal ação por parte da grande mídia era sinônimo de entregar o país às mãos do imperialismo estrangeiro, pois

[...] dificilmente grupos econômicos nacionais teriam cacife para bancar as atividades das estatais cujo estatuto se pretende modificar. São raros os casos em que a questão da privatização de empresas geridas pelo Estado se põe com referência à sua passagem para o controle do capital privado brasileiro – a norma é a intenção da sua transferência para consórcios que têm os seus centros de decisão no exterior.<sup>119</sup>

Mesmo com inúmeras críticas às propostas privatizantes, o PCB reconhecia a necessidade de reorientar a gestão de algumas dessas empresas estatais. Isso pelo fato de ser impossível

[...] ignorar as deformações que vinte anos de ditadura imprimiram às estatais. Muitas delas foram postas a serviços dos monopólios e das transnacionais, noutras a praga da corrupção se instalou e muitas foram hipertrofiadas para privilegiar o empreguismo e as mordomias<sup>120</sup>.

---

<sup>116</sup> **Voz da Unidade**. 22 a 28 de junho de 1985. Edição nº 255, p.4.

<sup>117</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 255, p.4.

<sup>118</sup> **Voz da Unidade**. 17 a 23 de agosto de 1985. Edição nº 263, p.2.

<sup>119</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 263, p.2.

<sup>120</sup> **Voz da Unidade**. Edição nº 263, p.2.

Não cabia, pois, aos governantes da Nova República seguir a marcha de desmanche do patrimônio público e a entrega desse mesmo patrimônio ao capital estrangeiro. Para o PCB as estatais deveriam ter papel fundamental na geração de emprego, renda e no combate às desigualdades sociais oriundas das contradições do sistema capitalista do país. Para isso, os desvios e vícios herdados da administração ditatorial do país entre 1964 e 1985 deveriam ser resolvidos, a fim de pôr as estatais a serviço da soberania nacional brasileira.

Na edição nº 264 do Voz da Unidade, o colunista José Carlos Bahia versou sobre uma lista de empresas privatizáveis elaborada pela Comissão Especial de Desestatização, integrada por representantes dos ministérios da Fazenda, da Desburocratização e do Planejamento. De acordo com o colunista, uma análise mais aprofundada sobre os objetivos do governo a partir desta ação esbarrava na heterogeneidade das empresas listadas, indo desde hospitais até siderúrgicas:

A evidente ofensiva ideológica movida pelos setores mais reacionários e ligados ao imperialismo parece ter como objetivo lograr uma desestatização completa antes da Constituinte, criando fatos consumados que se tornariam praticamente irreversíveis depois.

A lista trazia uma série de empresas desconhecidas; o medo maior dos militantes comunistas, entretanto, residia na possibilidade de o governo da Nova República conseguir entregar empresas como Petrobrás, Vale e Eletrobrás para os monopólios imperialistas internacionais, algo que “*nem a ditadura ousou fazer*”. Além disso, o discurso de que as empresas estatais brasileiras eram ineficientes e por isso deveriam ser privatizadas era, para o PCB, extremamente falacioso. Como visto acima, o Partido reconhecia que o legado ditatorial criou uma série de problemas para essas empresas; contudo, “[...] *as principais empresas estatais nada deixam a desejar em termos de eficiência e produtividade*”.

O recorte cronológico desta pesquisa trabalha com aquilo que foi denominado pelo Partido como “período de transição”.<sup>121</sup> Tal período chegaria ao fim com a promulgação de uma Constituição Federal – o que acabou acontecendo em outubro de 1988. Neste contexto, o militante comunista José Carlos Bahia defendia a tese de que a assembleia constituinte é que deveria definir o papel do Estado na economia brasileira, pois o PCB via no Estado um importante instrumento de luta pela redução das desigualdades sociais brasileiras.<sup>122</sup> Seguindo a mesma tendência, o colunista Benedicto de Campos, na edição nº 360 de nossa

---

<sup>121</sup> Período compreendido entre a redemocratização do Brasil em 1985 e a promulgação da nova Constituição em 1988.

<sup>122</sup> **Voz da Unidade**. 24 a 30 de agosto de 1985. Edição nº 264, p.9. (e citações anteriores da página).

fonte primária, destaca o “vazio” dos ideais liberais e prega a atuação Estatal como fator preponderante para o desenvolvimento socioeconômico do país: “*A admissão de que a vida econômica da sociedade é regida por leis naturais, que existe uma ordem natural, em que qualquer intervenção do Estado é indevida, se constitui numa visão errada*”.<sup>123</sup>

É consenso no âmbito do direito que a Constituição faz/cria o Estado. Assim sendo, no Brasil recém-redemocratizado o PCB defendia a rápida instauração de uma assembleia constituinte a fim de legitimar a atuação Estatal na busca por melhorias econômicas e sociais para o país, alterando a lógica herdada da ditadura civil-militar, isto é, de concentração de renda.<sup>124</sup> Desprezando o ideal liberal em voga na conjuntura econômica mundial do período, o Partido via no Estado um importante instrumento para redução das desigualdades oriundas do capitalismo brasileiro desde que, é claro, o Estado não fosse meramente um aparato de dominação das classes dominantes frente às classes menos favorecidas. Toda a vigilância por parte das forças progressistas e democráticas do país era, portanto, fator primordial para garantir a atuação do Estado nos moldes defendidos pelo PCB, pondo fim à lógica de “Estado máximo” para os mais abastados e “Estado mínimo” para os menos favorecidos.

---

<sup>123</sup> **Voz da Unidade**. 28 de agosto a 03 de setembro de 1987. Edição nº 360.

<sup>124</sup> Nos limites deste trabalho não poderemos aprofundar a discussão sobre as esquerdas brasileiras diante da Constituinte. Ao leitor interessado remetemos para SANTOS, Theotonio dos (org.). **Constituinte no Brasil hoje**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz de matérias publicadas no jornal Voz da Unidade, o presente trabalho procurou explorar algumas reivindicações e propostas do PCB para a economia do Brasil recém-redemocratizado, mais especificamente entre os anos de 1985 e 1987. Valorizando o conceito marxiano de luta de classes, reconstruímos o ideário econômico do PCB a partir da análise de temas como os dois primeiros planos macroeconômicos de estabilização do governo José Sarney – Planos Cruzado e Bresser -, inflação, dívida pública, privatização, sistema tributário, imperialismo e o papel do Estado na economia brasileira, todos amplamente debatidos pela organização comunista nas páginas do jornal Voz da Unidade ao longo do referido período.

Para o desenvolvimento da pesquisa, primeiramente destacamos as implicações do uso de jornais como fontes para a produção do conhecimento histórico. A seleção do material coletado, prática corriqueira na escrita da história, possivelmente excluiu de nossa análise importantes informações que poderiam contribuir com este trabalho. É a manifestação do espectro da subjetividade, presente na prática historiográfica. Por conta disso esta pesquisa não teve a pretensão de realizar uma análise pormenorizada dos temas aqui desenvolvidos, tampouco esgotar as possibilidades de novas análises. Os assuntos tratados pelo PCB nas páginas do jornal Voz da Unidade podem servir como fontes para variadas análises históricas, não apenas a partir das publicações de teor econômico, mas também a partir de temas como cultura, política, sociologia, relações internacionais, direitos humanos, sindicalismo etc.

No capítulo segundo destacamos a atuação política do PCB no século XX a partir de documentos e resoluções partidárias da organização comunista, enfatizando as suas reivindicações e propostas no campo econômico-social do Brasil. Visando a superação das contradições do capitalismo brasileiro, o PCB analisou historicamente a situação de carestia pela qual significativa parte da população brasileira esteve à mercê como uma questão de classe: não raras foram as denúncias do PCB nesses documentos acerca dos sistemas financeiros internacional e nacional serem alimentados com a fome e a miséria do povo brasileiro, explicitando uma realidade conflituosa entre dominantes e dominados, exploradores e explorados. As íntimas ligações da ditadura civil-militar com o capital estrangeiro ao longo de seus 21 anos de existência comprovam as acusações pecebistas: a Nova República herdou uma série de mazelas sociais criadas ao longo do regime ditatorial e até mesmo antes dele. Como exemplo podemos citar o achatamento dos salários dos(as)

trabalhadores(as) e a sangria financeira imposta às contas públicas do país pelo pagamento de juros e amortizações das dívidas externa e interna, fatos amplamente debatidos pelo PCB nas páginas do Voz da Unidade e tratados no capítulo três desta pesquisa.

A análise desses documentos históricos do PCB também demonstrou as principais críticas do agente histórico protagonista de nossa pesquisa ao capitalismo. O Partido defendeu intensamente os interesses das classes trabalhadoras, ainda que isso representasse embates constantes frente às classes dominantes nacionais e estrangeiras.

No capítulo terceiro desenvolvemos a análise da conjuntura específica desta pesquisa. De posse das informações obtidas a partir das edições do jornal Voz da Unidade utilizadas como fontes primárias deste trabalho, procuramos identificar e apresentar o modo de pensar a economia brasileira do PCB naquela conjuntura específica. Nossa preocupação não foi escrever uma história linear, com início em 1985 e término em 1987, mas reconstruir o ideário econômico do PCB a partir de alguns dos principais temas debatidos pelo Partido nas páginas do semanário.

Ao explorarmos esses temas, deparamos-nos com o fato de que as principais reivindicações econômicas do PCB visavam privilegiar a democracia conquistada em 1985 após o fim dos governos civil-militares. Esse comportamento não indica, contudo, que o ideal revolucionário tivesse sido abandonado pela organização. Naquele contexto, contudo, com um sistema democrático ainda frágil e recém reestabelecido no Brasil, os comunistas temiam que qualquer ação radicalizada pudesse pôr em risco a democracia do país, ainda que esta se apresentasse, naquela conjuntura específica, com sua face burguesa e conservadora. Os militantes pecebistas tinham em mente que tanto em 1937 quanto em 1964 o discurso anticomunista havia servido como uma das bases para a instauração de regimes autoritários. Naquele contexto de redemocratização, logo, qualquer instabilidade política poderia abrir espaço novamente para práticas autoritárias.

O papel do aparato estatal na economia também se destacou na análise de nossas fontes. Os temas econômicos debatidos neste trabalho contam com a defesa, por parte do PCB, da intervenção do Estado em prol da amenização dos problemas econômico-sociais brasileiros, em especial aqueles que afetavam o bem-estar da classe trabalhadora. Entretanto, os militantes do Partido tinham em mente que a simples presença do Estado na economia em nada seria capaz de resolver esses problemas. Dentro da lógica capitalista, a utilização do Estado como instrumento de dominação das classes abastadas sobre as classes exploradas não

é novidade, ainda mais levando em consideração o contexto social brasileiro recém saído de uma ditadura civil-militar. A análise das publicações econômicas do jornal Voz da Unidade, entretanto, explicitou a crença comunista de uma inversão na lógica de intervenção do Estado na economia, com o objetivo de torná-lo instrumento de distribuição de renda e diminuição das desigualdades sociais, entre outras demandas. As críticas feitas pelo PCB aos planos macroeconômicos de estabilização, por exemplo, visavam garantir a dignidade dos(as) trabalhadores(as), justas remunerações salariais e melhores condições de vida para o povo brasileiro. Outra forma de o Estado atuar a fim de cumprir os objetivos econômico-sociais do PCB dizia respeito à estrutura tributária brasileira. Regressiva e baseada essencialmente no consumo, essa estrutura era identificada pela crítica pecebista como um dos males sociais do país, principalmente pelo fato de ela contribuir para a concentração de renda historicamente verificada no Brasil. O recolhimento de impostos no país deveria, pois, ter sua lógica transformada, tornando-se mais progressivo e direto, taxando renda, riqueza e patrimônio em vez de consumo e produção. Deste modo, com uma contribuição tributária maior advinda das riquezas e rendimentos das classes mais altas do país, o PCB defendia investimentos públicos como fatores fundamentais para o crescimento e desenvolvimento do Brasil.

Seguindo a mesma lógica, o PCB posicionava-se contra as privatizações do patrimônio público propostas pelo governo de José Sarney por acreditar que estas mesmas empresas deveriam servir ao povo brasileiro e contribuir para o desenvolvimento do país. O Partido sabia que privatizá-las seria sinônimo de entregá-las ao capital internacional pelo fato de poucas empresas privadas nacionais terem naquela época condições econômicas para assumir o controle das maiores empresas públicas brasileiras, o que abria espaços para uma maior penetração imperialista no Brasil. A defesa pecebista baseava-se na mudança estrutural e de gestão do patrimônio público brasileiro, com este passando a servir ao desenvolvimento do país.

Tanto a lógica democrática quanto a defesa do papel do Estado na economia brasileira destacaram-se na análise do material que foi utilizado como fonte primária para esta pesquisa. A conjuntura econômica desigual e concentradora de renda, que privilegiava o capital em vez do trabalho, servia como combustível para as lutas do PCB às voltas com a redemocratização. A inversão da realidade até então concebida possuía um futuro de esperança: a promulgação de uma nova Constituição, que deveria lançar as bases da nova reorientação econômica do aparato Estatal e da instauração de uma sociedade mais justa e igualitária. Os comunistas inseriam o desenvolvimento econômico brasileiro na lógica da luta de classes: enfatizavam a

desigualdade social do país como mal a ser combatido, visto que as perdas decorrentes da instabilidade econômica do período não atingiam a todos(as) da mesma forma: a classe trabalhadora era a primeira a ser prejudicada, tanto com o aumento geral e constante de preços, quanto com os arrochos salariais e má distribuição de renda, além da precarização dos serviços públicos e do trabalho. Os sistemas financeiros nacional e internacional, dominados por elites nacionais e estrangeiras, eram privilegiados dentro da lógica capitalista brasileira, via pagamento de altos juros da dívida pública e manutenção de um sistema tributário regressivo, para citar apenas dois exemplos. E era com vistas à inversão dessa lógica que o PCB pautou considerável parte de suas publicações econômicas nas páginas do jornal Voz da Unidade, geralmente fazendo alusão ao propósito explicitado pelo próprio nome do jornal, que demandava a união de todas as forças democráticas e progressistas do país a fim de alcançar os objetivos econômico-sociais do Partido.

Ressaltamos que este trabalho não teve a pretensão de esgotar as análises das questões econômicas defendidas e criticadas pelo PCB nas páginas do jornal Voz da Unidade e que tratamos no terceiro capítulo, assim como as considerações acerca da atuação política do Partido feitas no segundo capítulo. Todos os assuntos abordados podem ser analisados mais rigorosamente dentro do âmbito de história econômica, política, social. Por conta disso, em alguns temas remetemos à leitura de autores(as) que os desenvolveram teoricamente, evitando extrapolar os limites de nosso trabalho.

Por fim, destacamos que a década de 1980 foi turbulenta e de intensa luta por parte dos comunistas. Mas paremos por aqui: o pior ainda estava por fim, e a hiperinflação e o confisco de poupanças do governo Collor de Mello, além das inúmeras falhas das equipes econômicas do governo José Sarney, incapazes de resolver os problemas conjunturais do país, não nos deixam mentir.



## 5. FONTES PESQUISADAS

DOCUMENTOS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **O PCB na Luta Pela Democracia (1983-1985)**. São Paulo: Ed. Novos Rumos, 1985.

**PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA (1958-1979) - DOCUMENTOS**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

**Voz da Unidade**. 05 a 11 de janeiro de 1985. Edição nº 232.

**Voz da Unidade**. 12 a 18 de janeiro de 1985. Edição nº 233.

**Voz da Unidade**. 01 a 07 de junho de 1985. Edição nº 252.

**Voz da Unidade**. 08 a 16 de junho de 1985. Edição nº 253.

**Voz da Unidade**. 15 a 21 de junho de 1985. Edição nº 254.

**Voz da Unidade**. 22 a 28 de junho de 1985. Edição nº 255.

**Voz da Unidade**. 06 a 12 de julho de 1985. Edição nº 257.

**Voz da Unidade**. 26 de julho a 01 de agosto de 1985. Edição nº 260.

**Voz da Unidade**. 03 a 09 de agosto de 1985. Edição nº 261.

**Voz da Unidade**. 17 a 23 de agosto de 1985. Edição nº 263.

**Voz da Unidade**. 24 a 30 de agosto de 1985. Edição nº 264.

**Voz da Unidade**. 06 a 13 de setembro de 1985. Edição nº 266.

**Voz da Unidade**. 14 a 20 de setembro de 1985. Edição nº 267.

**Voz da Unidade**. 28 de setembro a 04 de outubro de 1985. Edição nº 269.

**Voz da Unidade**. 05 a 11 de outubro de 1985. Edição nº 270.

**Voz da Unidade**. 19 a 25 de outubro de 1985. Edição nº 272.

**Voz da Unidade**. 25 a 31 de outubro de 1985. Edição nº 273.

**Voz da Unidade**. 08 a 14 de novembro de 1985. Edição nº 275.

**Voz da Unidade**. 19 a 28 de novembro de 1985. Edição nº 276.

**Voz da Unidade**. 10 a 16 de janeiro de 1986. Edição nº 281.

**Voz da Unidade**. 28 de fevereiro a 06 de março de 1986. Edição nº 287.

**Voz da Unidade**. 07 a 13 de março de 1986. Edição nº 288.

**Voz da Unidade**. 21 a 27 de março de 1986. Edição nº 290.

**Voz da Unidade**. 04 a 10 de abril de 1986. Edição nº 292.

**Voz da Unidade**. 18 a 24 de abril de 1986. Edição nº 294.

**Voz da Unidade**. 02 a 08 de maio de 1986. Edição nº 296.

**Voz da Unidade**. 05 a 18 de setembro de 1986. Edição nº 314.

**Voz da Unidade.** 19 a 25 de setembro de 1986. Edição nº 315.

**Voz da Unidade.** 05 a 11 de janeiro de 1985. Edição nº 232.

**Voz da Unidade.** 12 a 18 de janeiro de 1985. Edição nº 233.

**Voz da Unidade.** 01 a 07 de junho de 1985. Edição nº 252.

**Voz da Unidade.** 08 a 16 de junho de 1985. Edição nº 253.

**Voz da Unidade.** 15 a 21 de junho de 1985. Edição nº 254.

**Voz da Unidade.** 22 a 28 de junho de 1985. Edição nº 255.

**Voz da Unidade.** 06 a 12 de julho de 1985. Edição nº 257.

**Voz da Unidade.** 26 de julho a 01 de agosto de 1985. Edição nº 260.

**Voz da Unidade.** 03 a 09 de agosto de 1985. Edição nº 261.

**Voz da Unidade.** 17 a 23 de agosto de 1985. Edição nº 263.

**Voz da Unidade.** 24 a 30 de agosto de 1985. Edição nº 264.

**Voz da Unidade.** 06 a 13 de setembro de 1985. Edição nº 266.

**Voz da Unidade.** 14 a 20 de setembro de 1985. Edição nº 267.

**Voz da Unidade.** 28 de setembro a 04 de outubro de 1985. Edição nº 269.

**Voz da Unidade.** 05 a 11 de outubro de 1985. Edição nº 270.

**Voz da Unidade.** 19 a 25 de outubro de 1985. Edição nº 272.

**Voz da Unidade.** 25 a 31 de outubro de 1985. Edição nº 273.

**Voz da Unidade.** 08 a 14 de novembro de 1985. Edição nº 275.

**Voz da Unidade.** 19 a 28 de novembro de 1985. Edição nº 276.

**Voz da Unidade.** 10 a 16 de janeiro de 1986. Edição nº 281.

**Voz da Unidade.** 28 de fevereiro a 06 de março de 1986. Edição nº 287.

**Voz da Unidade.** 07 a 13 de março de 1986. Edição nº 288.

**Voz da Unidade.** 21 a 27 de março de 1986. Edição nº 290.

**Voz da Unidade.** 04 a 10 de abril de 1986. Edição nº 292.

**Voz da Unidade.** 18 a 24 de abril de 1986. Edição nº 294.

**Voz da Unidade.** 02 a 08 de maio de 1986. Edição nº 296.

**Voz da Unidade.** 05 a 18 de setembro de 1986. Edição nº 314.

**Voz da Unidade.** 19 a 25 de setembro de 1986. Edição nº 315.

**Voz da Unidade.** 06 a 12 de fevereiro de 1987. Edição nº 332.

**Voz da Unidade.** 13 a 19 de fevereiro de 1987. Edição nº 333.

**Voz da Unidade.** 20 a 26 de fevereiro de 1987. Edição nº 334.

**Voz da Unidade.** 06 a 12 de março de 1987. Edição nº 335.

**Voz da Unidade.** 13 a 19 de março de 1987. Edição nº 336.

**Voz da Unidade.** 10 a 16 de abril de 1987. Edição nº 340.

**Voz da Unidade.** 15 a 23 de abril de 1987. Edição nº 341.

**Voz da Unidade.** 24 a 30 de abril de 1987. Edição nº 342.

**Voz da Unidade.** 08 a 14 de maio de 1987. Edição nº 344.

**Voz da Unidade.** 22 a 28 de maio de 1987. Edição nº 346.

**Voz da Unidade.** 29 de maio a 04 de junho de 1987. Edição nº 347.

**Voz da Unidade.** 05 a 11 de junho de 1987. Edição nº 348.

**Voz da Unidade.** 19 a 25 de junho de 1987. Edição nº 350.

**Voz da Unidade.** 26 de junho a 02 de julho de 1987. Edição nº 351.

**Voz da Unidade.** 03 a 09 de julho de 1987. Edição nº 352.

**Voz da Unidade.** 10 a 15 de julho de 1987. Edição nº 353.

**Voz da Unidade.** 16 a 23 de julho de 1987. Edição nº 354.

**Voz da Unidade.** 24 a 30 de julho de 1987. Edição nº 355.

**Voz da Unidade.** 31 de julho a 06 de agosto de 1987. Edição nº 356.

**Voz da Unidade.** 21 a 27 de agosto de 1987. Edição nº 359.

**Voz da Unidade.** 28 de agosto a 03 de setembro de 1987. Edição nº 360.

**Voz da Unidade.** 04 a 10 de setembro de 1987. Edição nº 361.

**Voz da Unidade.** 11 a 17 de setembro de 1987. Edição nº 362.

**Voz da Unidade.** 16 a 22 de outubro de 1987. Edição nº 367.

**Voz da Unidade.** 30 de outubro a 05 de novembro de 1987. Edição nº 369.

**Voz da Unidade.** 06 a 12 de novembro de 1987. Edição nº 370.

**Voz da Unidade.** 13 a 19 de novembro de 1987. Edição nº 371.

**Voz da Unidade.** 27 de novembro a 03 de dezembro de 1987. Edição nº 373.

**Voz da Unidade.** 04 a 10 de dezembro de 1987. Edição nº 374.

**Voz da Unidade.** 11 a 17 de dezembro de 1987. Edição nº 375.

**Voz da Unidade.** 18 a 24 de dezembro de 1987. Edição nº 376.

## 6. BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 1990.

BOTTOMORE, Tom (editor). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013 (edição digital).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Construção Política do Brasil: Sociedade, Economia e Estado Desde a Independência**. São Paulo: Editora 34, 2014.

BUENO, Ricardo. **Por que os preços sobem**. Uma explicação para o povo. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

CAPELATO, Maria H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CARONE, Edgar. **O PCB (1922 a 1943)**. São Paulo: Difusão Editorial S.A., Vol. 1, 1982.

CARONE, Edgar. **O PCB (1943 a 1964)**. São Paulo: Difusão Editorial S.A., Vol. 2, 1982.

CARONE, Edgar. **O PCB (1964 a 1982)**. São Paulo: Difusão Editorial S.A., Vol. 3, 1982.

ELMIR, Cláudio Pereira. **Uma aventura com o Última Hora: O jornal e a pesquisa histórica**. Anos 90, Porto Alegre, v.19, n. 36. p. 67-90, dez. 2012.

ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da Ufrgs**. Porto Alegre, n. 13, dezembro de 1995.

FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e Vermelho: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do Correio do Povo (1936-1939)**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/Ufrgs, 2004 (dissertação de mestrado).

FURTADO, CELSO; RANGEL, Ignácio; BULHÕES, Octávio Gouveia de et. al. **Inflação e desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, sem data.

GASPAROTTO, ALESSANDRA. **O Terror Renegado**. Uma Reflexão Sobre os Episódios de Retratação Pública Protagonizados Por Integrantes de Organizações de Combate à

Ditadura Civil-Militar no Brasil (1970-1975). Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em História/Ufrgs, 2008 (dissertação de mestrado).

GIAMBIAGI, Fabio e VILLELA, André et al. (orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2005.

HUNT, E. K. & LAUTZENHEISER, Mark. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KARAWEJCZYK, Mônica. **O Voto da Costela: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/Pucrs, 2008 (dissertação de mestrado).

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1982.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Centauro, 2007.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2011.

MORAES, João Quartim (org.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2007, Vol. 3.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. **História e Imprensa**. Representações Culturais e Práticas de Poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros. História e Memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

PRESTES, Anita. **Luiz Carlos Prestes**. Um Comunista Brasileiro. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes**. Um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A Ditadura Que Mudou o Brasil: 50 Anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão & RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2007, Vol. 6.

ROEDEL, Hiran et al. **PCB: 80 Anos de Luta**. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2002.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz de Terra, 1995.

SANDRONI, Paulo (org.). **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SANTOS, Theotônio dos (org.). **Constituinte no Brasil hoje**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2015.

SEGATTO, José Antonio. **Breve História do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SINGER, Paul. **Inflação para o povo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.